



Termo de Referência

Sumário

1	Objeto	3
2	Fundamentação da Contratação	5
2.1.	Avaliação e Motivação das Necessidades Levantadas	5
2.2.	Da Solução de gerenciamento de projetos e análise de dados	6
2.3.	Das Suítes de produtividade e colaboração	7
2.4.	Das plataformas de desenvolvimento de aplicativos	8
2.5.	Dos sistemas de gerenciamento de conteúdo	8
2.6.	Dos sistemas operacionais para servidores de rede	9
2.7.	Dos sistemas de gerenciamento de banco de dados	9
2.8.	Objetivos a Serem Alcançados Por Meio da Contratação	10
2.9.	Alinhamento Estratégico da Contratação:	10
2.10.	Dos Estudos Técnicos Preliminares.	11
2.11.	Relação da demanda prevista para atender as necessidades do PJMS:	11
2.12	Análise de Mercado	12
2.13	Natureza do Objeto.....	13
2.14	Parcelamento do Objeto	13
2.15	Forma e Critério de Seleção do Fornecedor.....	14
2.16	Impacto Ambiental	19
2.17	Classificação Orçamentária	19
2.18	Estimativa Preliminar do Valor Unitário do Objeto da Contratação	20
3	Especificação Técnica da Solução	27
3.1	Disposições Gerais:.....	27
3.2	Disposições Específicas do Objeto.....	28



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

4	Requisitos da contratação	29
4.1	Apresentação de Documentação Técnica	29
4.2	Das Entregas, Prazos, Notas Fiscais e Condições de Recebimento e Pagamento dos Itens.....	31
5	Elementos Para Gestão do Contrato	36
5.1	Obrigações da CONTRATADA.....	36
5.2	Obrigações da CONTRATANTE.....	43
5.3	Vigência do Contrato e da Ata de Registro de Preços.....	44
5.4	Sanções Técnicas e de Acordo de Serviço	45
5.5	Fiscalização e Acompanhamento do Contrato	48
6	Critérios de Seleção do Fornecedor	49
7	Considerações Gerais	51
8	Anexos.....	52
	Aprovação e Assinatura.....	53



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

1 Objeto

1.1. Registro de preços para aquisição de licenciamento de software Microsoft para manter e ampliar a infraestrutura de software e serviços *on premisses* e em nuvem utilizada pelos servidores, magistrados e demais colaboradores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

1.1.1. Considerando que o PJMS aderiu¹ ao acordo corporativo nº 8/2020², por intermédio da SGD/ME, este processo de contratação obedecerá aos termos do acordo, inclusive quanto aos valores de referência para a contratação no Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, no quinto termo aditivo ao acordo.

1.1.2. As especificações de cada item e suas garantias estão descritas no ANEXO I deste Termo de Referência.

1.1.3. Os itens a serem fornecidos devem obedecer às respectivas características e exigências técnicas requisitadas neste documento, com parâmetros no mínimo iguais ou superiores aos requisitados.

1.1.4. Todos os itens a serem fornecidos devem obedecer a todos demais critérios citados no Termo de Referência.

1.2. Os itens apresentados na Tabela 1, objetos desta contratação, são delimitados, caracterizáveis e disponíveis no mercado, o que justifica a aquisição destes por meio da Modalidade Pregão através do Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Os pedidos de fornecimento, oriundos do presente registro de preços, devem obedecer ao quantitativo mínimo de 1% do total registrado para cada item do lote – considerando-se sempre o arredondamento para o número inteiro subsequente, ou o quantitativo remanescente do montante registrado na ata quando o saldo for inferior a 1% - aplicável a cada novo pedido de fornecimento

¹ <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/termo-de-adesao-microsoft-tjms.pdf>

² <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/acordo-corporativo-no-8-2020-microsoft.pdf>



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

Item	Descrição	Quantidade estimada	SKU - Referência	Identificador SGD
1	Project P1 Sub Per User	57	TRS-00002	MS.4.0-A1786
2	Project P3 Sub Per User	7	7LS-00002	MS.4.0-A0475
3	Power BI Pro Sub Per User	2	NK4-00002	MS.4.0-A1510
4	O365 E1 Sub Per User	5800	T6A-00024	MS.4.0-A1723
5	O365 E3 Sub Per User	650	AAA-10842	MS.4.0-A0871
6	CCAL Bridge O365 Sub Per User	5800	AAA-12414	MS.4.0-A0886
7	Power Apps Per App Sub 1 App or Portal	10	J8Q-00005	MS.4.0-A2011
8	PowerAppsPlan ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	10	SEJ-00002	MS.4.0-A1683
9	Power Automate Sub Per User	10	SPU-00002	MS.4.0-A1695
10	Power Automate Flow Sub Min 5 Licenses	10	SFJ-00001	MS.4.0-A1686
11	O365 E3 SU O365 E1 Per User	2697	AAA-10906	MS.4.0-A0877
12	SharePoint Server 2019 ALng LSA	2	H04-00232	MS.4.0-A1296 (novos contratos)
13	SharePoint Enterprise CAL ALng LSA User CAL	200	76N-02427	MS.4.0-A0398 (novos contratos)
14	Win Server Standard Core ALng LSA 2L	88 licenças de 2 cores (2L)	9EM-00562	MS.4.0-A0572 (novos contratos)
15	Win Server DC Core ALng LSA 2L	416 licenças de 2 cores (2L)	9EA-00039	MS.4.0-A0528 24 (novos contratos)
16	SQL Server Enterprise Core ALng LSA 2L	144 licenças de 2 cores	7JQ-00341	MS.4.0-A0455 (novos contratos)

Tabela 1 - Objetos demandados

1.4. O registro de preços tem caráter eventual, mediante materialização das necessidades e de disponibilidade de recursos financeiros.

1.5. O modelo de contrato dos produtos da Microsoft será do tipo Enterprise Agreement.

1.6. Na Tabela 1, os objetos descritos podem ser classificados em 2 categorias:



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

a. **On Premises:** onde os serviços e recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) são mantidos na infraestrutura local sob responsabilidade da equipe técnica própria.

b. **Cloud:** os serviços e recursos de TIC são fornecidos remotamente, mantidos em um Data Center externo sob responsabilidade da equipe técnica do provedor de nuvem.

1.6.1. Os itens de 12 a 16, do tipo a, concederão direitos de licenciamento perpétuo, acrescidos de Software Assurance (SA) com vigência de 36 meses. Enquanto os itens de 1 a 11, do tipo b, são licenciados por meio de subscrição, nesta contratação, por 36 meses.

2 Fundamentação da Contratação

2.1. Avaliação e Motivação das Necessidades Levantadas

- A Secretaria de Tecnologia da Informação é responsável por planejar, padronizar, manter, sustentar e atualizar o parque tecnológico / infraestrutura de softwares destinados e utilizados no desempenho das atividades de todos os usuários / colaboradores do PJMS.
- A manutenção das ferramentas de software, especialmente os produtos Microsoft, desempenha um papel fundamental na capacidade de interoperabilidade, desempenho, aprimoramento, disponibilidade e conformidade do PJMS. Os softwares são amplamente utilizados em todos os setores.
- As demandas por recursos tecnológicos atingiram novos patamares tanto no que diz respeito às necessidades de TI quanto às expectativas de qualidade, continuidade e fluidez dos trabalhos desempenhados pelas áreas. Diante das condições expostas e da crescente demanda relacionada à produção do PJMS, entende-se que **manter estas tecnologias e ferramentas colaborativas online é essencial** para promover a comunicação eficiente e a troca de informações e também garantir a continuidade das atividades das Comarcas e Secretarias para



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

os próximos anos, com o fornecimento de recursos capazes de suprir as necessidades nesse período.

- Garantir a continuidade e o aprimoramento das operações de TIC no Poder Judiciário, ao mesmo tempo em que busca otimizar os recursos disponíveis e maximizar os benefícios para a instituição.
- O iminente vencimento do contrato de licenciamento do Microsoft Office 365 nº 01.086/2020.
- Atender prontamente as demandas para a realização do planejamento técnico e financeiro visando ao licenciamento dos produtos nos próximos três anos (2024-2026).
- Buscando modernizar as ferramentas e a metodologia de gerenciamento de projetos, a Assessoria de Planejamento apresenta a proposta de aquisição de um novo software para gerenciamento de projetos.
- **A responsabilidade da STI na gestão e sustentação do parque de TI do PJMS** acarreta a centralização e processamento de todas as demandas correlatas, o que permite a padronização do objeto e otimização das etapas do projeto.
- A concentração de todas as demandas dos referidos objetos em um único processo potencializa e fomenta a economia processual e favorece a obtenção da alternativa mais vantajosa à Administração.
- Atender projetos inseridos em diferentes contextos utilizando diferentes abordagens, da visão preditiva à gestão ágil de projetos.
- Criar, agendar e automatizar tarefas e processos em diferentes aplicativos e serviços dentro do ambiente do office 365 e fontes de dados do SQL Server e Sharepoint, não havendo outra solução diferente do Power Apps e Power Automate disponível no mercado para este propósito específico.

2.2. Da Solução de gerenciamento de projetos e análise de dados



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

- Atualmente, o PJMS utiliza uma ferramenta de gerenciamento de projetos que não mais atende às necessidades de planejamento e controle de projetos. Com o objetivo de suprir essas lacunas e acompanhar as evoluções metodológicas e as demandas dos gestores de projeto, foi identificada a necessidade de adquirir um novo software.
- O Microsoft Project atende aos requisitos estabelecidos pela área demandante e, considerando as áreas responsáveis por projetos contidos no Portfólio de Projetos Estratégicos ativos³, além dos potenciais projetos advindos dos Contratos de Gestão do ciclo 2023⁴ e os respectivos perfis, serão necessárias **57 unidades do plano 1, 7 unidades do plano 3 e 2 unidades do Power BI Pro**, incluindo serviço de suporte técnico, garantindo que todos os usuários tenham acesso às funcionalidades necessárias para desempenhar suas funções dentro dos projetos gerenciados pelo órgão.

2.3. Das Suítes de produtividade e colaboração

- O órgão já está familiarizado com as ferramentas e soluções da Microsoft, e uma transição para um novo ambiente exigiria tempo e esforço de adaptação. Além disso, poderia haver interrupções no fluxo de trabalho e colaboração entre as equipes durante o processo de substituição. Manter os produtos da Microsoft garante a continuidade operacional e evita riscos estratégicos.
- Essas ferramentas são projetadas para facilitar o trabalho em equipe. Isso inclui plataformas de comunicação, armazenamento em nuvem, software de colaboração e redes de conectividade, além da infraestrutura da prestação de serviços digitais do PJMS.
- A manutenção e ampliação do licenciamento das ferramentas colaborativas online e infraestrutura de software associada é uma condição necessária para assegurar a natural fluidez e produtividade

³ www5.tjms.jus.br/planejamento/escritorio-projetos.php

⁴ www5.tjms.jus.br/planejamento/contratos-gestao.php



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

jurisdicional do PJMS ao garantir a disponibilidade dos recursos de trabalho oferecidos aos seus usuários e colaboradores.

- Atualmente, o PJMS conta com 5628 servidores efetivos e colaboradores que demandam licenças do Office 365.
- Há 624 computadores com a versão instalável do Office, o que demanda o licenciamento do Office 365 E3 em quantidade equivalente.
- Deverão ser previstas 2697 licenças do tipo Step Up para o upgrade de licenças do tipo E1 para E3, a fim de atender às demandas futuras.
- Da mesma forma que foram previstas 5800 licenças para o Office 365, será necessária a mesma quantidade para as CALs de usuários dos serviços e sistemas da plataforma office 365 e serviços *on premisses*.

2.4. Das plataformas de desenvolvimento de aplicativos

- Avaliar o desempenho, custo e oportunidade para implementação no futuro.
- Aquisição das licenças conforme demanda sem o risco de incorrer em demandar quantitativo sobrecarregado.

2.5. Dos sistemas de gerenciamento de conteúdo

- Garantir a segurança e funcionalidades adequadas na rede do PJMS,
- Atualizar o SharePoint, que atualmente não recebe suporte da Microsoft, para o SharePoint 2019.
- Essa é a última versão lançada pela Microsoft para uso on-premise e possui suporte de segurança até 2026.
- Adquirir as licenças de uso do SharePoint com as mesmas características e quantidade atualmente em uso para garantir uma transição suave e eficiente, ou seja, duas licenças do Sharepoint Server 2019 e 200 CALs de usuários Enterprise.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

- Essa medida assegurará que o sistema esteja em conformidade e beneficiará o PJMS com os recursos e suporte oferecidos pela versão 2019 do SharePoint.

2.6. Dos sistemas operacionais para servidores de rede

- Garantir o licenciamento adequado dos servidores Windows no ambiente de virtualização do PJMS.
- Manter a conformidade e otimizar o uso dos recursos de virtualização.
- Atualizar o sistema operacional dos servidores utilizados nos sistemas administrativos do PJMS.
- Garantir um ambiente de servidores atualizado e compatível com as necessidades do sistema.
- Assegurar o acesso adequado aos serviços de rede e garantir a conformidade com as políticas de licenciamento.
- Manter o sistema operacional sempre atualizado e oferecer suporte técnico específico.
- Permitir a transferência das licenças entre hardwares distintos e a utilização das licenças em servidores em nuvem.
- Atender ao ambiente redundante de virtualização de servidores
- Atender à demanda do servidor de banco de dados administrativos
- Conformidade com as regulamentações de licenciamento.

2.7. Dos sistemas de gerenciamento de banco de dados

- Licenças serão destinadas aos servidores de banco de dados administrativos
- Incluir o direito de uso do Power BI Server.
- Garantir a conformidade e a atualização dos servidores de banco de dados administrativos por meio da obtenção das licenças adequadas.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

- Manter a capacidade de análise de dados e oferecer uma solução abrangente para a equipe responsável pela administração do banco de dados.

2.8. Objetivos a Serem Alcançados Por Meio da Contratação

- Atender demandas de monitoramento, análise de dados, produtividade, automação, colaboração e gerenciamento de conteúdo no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.
- Garantir um ambiente de trabalho eficiente e adequado às necessidades do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.
- Otimizar a aplicação e disponibilidade de recursos orçamentários disponíveis e provisionados para a sustentação de TI.
- Atender as demandas e necessidades computacionais do PJMS, relacionadas às ferramentas colaborativas online e infraestrutura de software associada, para os próximos 3 anos.
- Aprimorar a capacidade produtiva das áreas especializadas e de alto valor estratégico de todo PJMS.
- Agregar as necessidades em um projeto centralizado e estruturado para manutenção e expansão do licenciamento de ferramentas colaborativas online e infraestrutura de software associada, tangenciando ao maior volume possível de demanda ao mercado fornecedor – potencializando o fator de economia em escala com as melhores ofertas técnico-financeiras.
- Garantir e sustentar as condições e ferramentas de trabalho necessárias e adequadas ao bom desempenho das atividades dos servidores e magistrados em similaridade às condições observadas ao segmento corporativo de alta maturidade tecnológica.

2.9. Alinhamento Estratégico da Contratação:

2.9.1 Atender ao(s) seguinte(s) Objetivo(s) Estratégico(s) do Plano Estratégico 2021-2026 do PJMS:



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

OE	Descrição
13	Fortalecer a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação e de proteção de dados
14	Garantir a infraestrutura física, os bens móveis e os recursos tecnológicos apropriados às necessidades da instituição, agregando economia, modernidade e sustentabilidade

2.9.2 Atender ao(s) seguinte(s) Objetivo(s) Estratégico(s) do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC 2023-2024:

OE	Descrição
01	Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário
04	Estimular a Integração, a Interoperabilidade e o Desenvolvimento Colaborativo dos Sistemas de Informação
07	Promover e Fortalecer a Segurança da Informação e a Gestão de Dados
08	Garantir e Aperfeiçoar a Infraestrutura e Soluções de TIC

2.10. Dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.10.1 Arelado à presente contratação, a equipe técnica do PJMS em consonância com às exigências normativas da Resolução 468 do Conselho Nacional de Justiça elaborou os Estudos Técnicos Preliminares sob o processo eletrônico de número 159.943.0019/2023, que fundamentam, detalhadamente, todo o rol de exigências, necessidades, quantitativos e considerações da presente contratação.

2.11. Relação da demanda prevista para atender as necessidades do PJMS:

2.11.1 O detalhamento da quantidade dos itens relacionados a esta contratação na forma de levantamentos das áreas demandantes, encontram-se disponíveis no ANEXO III, onde são descritos os quantitativos para as demandas imediatas e eventuais.

2.11.2 A estimativa da demanda prevista à solução em pauta, é exposta na **Tabela 2**.

Objeto	Quantidades	Justificativa
--------	-------------	---------------



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

Project P1 Sub Per User	57	Baseado nos projetos estratégicos ativos, além dos potenciais projetos advindos dos Contratos de Gestão do ciclo 2023
Project P3 Sub Per User	7	Baseado nos projetos estratégicos ativos, além dos potenciais projetos advindos dos Contratos de Gestão do ciclo 2023
Power BI Pro Sub Per User	2	Baseado nos projetos estratégicos ativos, além dos potenciais projetos advindos dos Contratos de Gestão do ciclo 2023
O365 E1 Sub Per User	5800	Baseado no uso atual. 5013 E1 para demanda atual +787 para demanda futura
O365 E3 Sub Per User	650	Baseado na quantidade em uso do aplicativo instalável
O365 E3 SU O365 E1 Per User	2697	Eventual expansão das licenças E3
CCAL Bridge O365 Sub Per User	5800	Garantir a conformidade legal do uso do Windows server e adequação ao número de usuários da rede
Power Apps Per App Sub 1 App or Portal	10	Avaliar o desempenho, custo e oportunidade para utilização plena no futuro
PowerAppsPlan ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	10	Avaliar o desempenho, custo e oportunidade para utilização plena no futuro
Power Automate Sub Per User	10	Avaliar o desempenho, custo e oportunidade para utilização plena no futuro
Power Automate Flow Sub Min 5 Licenses	10	Avaliar o desempenho, custo e oportunidade para utilização plena no futuro
SharePoint Server 2019 ALng LSA	2	Manutenção do ambiente atual
SharePoint Enterprise CAL ALng LSA User CAL	200	Manutenção do ambiente atual
Win Server Standard Core ALng LSA 2L	88 licenças de 2 cores	Manutenção do ambiente atual com previsão de troca de hardware
Win Server DC Core ALng LSA 2L	416 licenças de 2 cores	Registro de Preço de 832 Núcleos para replicação do ambiente de virtualização.
SQL Server Enterprise Core ALng LSA 2L	144 licenças de 2 cores	Manutenção do ambiente atual com previsão de troca de hardware

Tabela 2 - Resumo das demandas e justificativas

2.12 Análise de Mercado



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

2.12.1 Sobre a análise de mercado, com os levantamentos e detalhamento da solução e seu respectivo valor estimado, foi documentada nos Estudos Técnicos Preliminares da etapa de Planejamento da Contratação do processo nº 159.943.0019/2023.

2.13 Natureza do Objeto

2.13.1 Para fins de aplicação do disposto no art. 3º. inciso II, do Decreto nº 10.024/2019, combinado com o § único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002, considerando que os itens/produtos ora propostos: (a) tem um padrão de desempenho e qualidade; (b) tal padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido em edital; e (c) tal objetividade resulta de especificações usuais no mercado; compreende-se que o presente objeto de estudo pode ser caracterizado como **bem comum**.

2.13.2 Ao se enquadrar os bens e serviços como uma contratação de bens/serviços comuns, deverá ser executada através de um **registro de preços**.

2.14 Parcelamento do Objeto

2.14.1 A contratação em questão será segmentada em 4 (quatro) lotes, cada um d'eles composto por itens que compõem uma mesma solução, com objetos intrínsecos e indivisíveis.

2.14.2 Cada lote, portanto, é definido pelos itens que compõem uma única solução, conforme demonstrado na Tabela 3.

Item	Solução
LOTE 1 – SaaS	
1	Project P1 Sub Per User
2	Project P3 Sub Per User
3	Power BI Pro Sub Per User
4	O365 E1 Sub Per User
5	O365 E3 Sub Per User
6	CCAL Bridge O365 Sub Per User
7	Power Apps Per App Sub 1 App or Portal



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

8	PowerAppsPlan ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr
9	Power Automate Sub Per User
10	Power Automate Flow Sub Min 5 Licenses
11	O365 E3 SU O365 E1 Per User
LOTE 2 - Infraestrutura do Sharepoint	
12	SharePoint Server 2019 ALNg LSA
13	SharePoint Enterprise CAL ALNg LSA User CAL
LOTE 3 – Sistemas operacionais	
14	Win Server Standard Core ALNg LSA 2L
15	Win Server DC Core ALNg LSA 2L
LOTE 4 – Banco de Dados	
16	SQL Server Enterprise Core ALNg LSA 2L

Tabela 3 - Composição dos lotes da contratação

2.14.3 É notoriamente inviável parcelar os objetos às cotas aplicáveis às ME/EPP devido ao ônus vinculado à gestão de dois contratos distintos para o mesmo objeto, inclusive com modelos distintos, o que fragmentaria e dificultaria a padronização dos canais de suporte e gestão das licenças, bem como é certa a elevação dos preços aos lotes reservados.

2.14.4 E, considerando os fornecedores aptos a atender à demanda dentro do acordo corporativo nº 8/2020, por intermédio da SGD/ME, que se enquadram na categoria de relevância LSP da Microsoft, é garantida a inviabilidade de parcelar os objetos às cotas aplicáveis às ME/EPP.

2.15 Forma e Critério de Seleção do Fornecedor

2.15.1 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- estejam constituídos sob forma de consórcio de empresas;
- empresa declarada inidônea por órgão ou entidade das administrações públicas direta ou indiretas, Federais, Estaduais, Municipais ou do Distrito Federal;



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

- iii) empresa suspensa de licitar e contratar com a administração pública, e ainda, cumprindo penalidade imposta por qualquer órgão da administração Pública motivadas pelas hipóteses previstas no artigo 156 da Lei 14.1338/21.
- iv) empresa que se encontra sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial que impossibilite o cumprimento do contrato, concurso de credores, dissolução e liquidação;
- v) pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme disposto no art. 2º inciso IV da Resolução CNJ Nº 7/2005.
- vi) nas disposições elencadas no artigo 9º § 1º da Lei nº 14.133/21.

2.15.2 As soluções descritas são definidas como “bens comuns”, o que justifica a aquisição destes através de um **Registro de Preços**, na **Modalidade Pregão Eletrônico** e **critério de julgamento o menor preço global por lote**.

2.15.3 Justifica-se pela exigência dos qualificadores de boa saúde financeira que são indispensáveis devido ao posicionamento estratégico e criticidade do objeto do certame, que abrange todo o PJMS. Tal objeto é ainda intrínseco a várias características tecnológicas e mecanismos de conformidade com segurança da informação, gerenciamento de infraestrutura e também considera a aplicação de consideráveis parcelas de recursos orçamentários do PJMS. Neste sentido, a saúde financeira do licitante é condição necessária para mitigar os riscos envolvidos à possibilidade deste de não ter total capacidade de honrar com os compromissos firmados – o que pode causar severos prejuízos ao PJMS.

2.15.4 O fornecedor deverá indicar em sua proposta de maneira clara e objetiva o identificador único (SKU) e descrição do item, além das demais informações exigidas no edital.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

2.15.4.1 Caso alguma informação essencial ao julgamento da proposta não esteja cadastrada na proposta e/ou na documentação técnica comprobatória, ou que não esteja indicada de maneira clara e/ou que apresente conflitos ou dúvidas de atendimento às exigências deste Termo de Referência e/ou Edital, a equipe técnica poderá motivar ao pregoeiro a necessidade de apresentação de informações complementares para o correto julgamento da proposta.

2.15.5 Caso não seja possível a identificação e validação das características técnicas exigidas ao item, a proposta poderá ser desclassificada.

2.15.6 A falta de comprovação de regularidade do item ofertado frente às exigências do Edital e Termo de Referência, através da documentação oficial da fabricante/desenvolvedora do item, poderá acarretar na desclassificação da proposta.

2.15.6.1 A incapacidade de levantar e apresentar informações de origem confiável, de autoria da fabricante poderá acarretar na desclassificação da proposta.

2.15.7 Será declarado vencedor o licitante que cumulativamente:

- I. Ofertar produto que seja compatível ao SKU de referência e que atenda a todas as exigências e detalhes técnicos de cada item.
- II. Comprovar e garantir conformidade às exigências e detalhes técnicos do item.
- III. Atender às exigências administrativas de habilitação do Edital.

2.15.8 Pertencer ao rol de “Government Partner” - GP da lista de “Large Solution Partners” – LSP credenciadas e autorizadas pela Microsoft para assinar contratos com a Administração Pública: (<https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/parceiros%20lsp>).

2.15.8.1 Da exigência e justificativa do critério de habilitação “Government Partner” - GP da lista de “Large Solution Partner” – LSP



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

Conforme apontado pela Própria Microsoft:

“O procedimento de contratação de novos parceiros LSPs não é conduzido unicamente pela subsidiária Microsoft estabelecida no Brasil, mas o processo como um todo tem decisão final pela Microsoft Corporation, com sede nos Estados Unidos. **O procedimento considera fatores como capacidade financeira, aderência às políticas de Compliance da Microsoft, estrutura de pré-vendas, vendas e pós-vendas, estrutura de marketing, licenciamento e operações, histórico de vendas, capilaridade de cliente, entre outros fatores.**

[...]

Atuação em Licitações Públicas

No Setor Público, informarmos que o nosso modelo de atuação no Brasil é indireto, com a necessária atuação de revendas credenciadas, seguindo-se, desta forma, **uma política rigorosa de transparência e isonomia, alinhada também às regras de compras no território brasileiro [...]**

Ainda a título de esclarecimento e informação, a Administração Pública, via de regra, segue com o modelo de contratação por instrumento próprio, seguindo modelos pré-definidos. De outro lado, por tratar-se de licenciamento específico, a Microsoft tem seus padrões e modelos de contrato. **Assim, existe o que se chama Government Partners – GP, que são parceiros habilitados pela Microsoft para atuar no segmento público, com o objetivo de assinar os contratos nos modelos dos clientes e o Government Integrator Agreement – GIA da Microsoft, que significa o contrato entre o parceiro e a Microsoft, relacionado ao primeiro firmado pelo parceiro com a Administração Pública. [...]**”



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

Diante da certificação por parte da Microsoft, onde a mesma concede autorização a um parceiro devidamente qualificado e em conformidade com as condições legais, para firmar contratos com a Administração Pública, é inevitável a necessidade de incorporar as condições impostas pela Microsoft, tornando a contratação sujeita à restrição de habilitação como Parceiro de Governo da Microsoft.

Isso pode ser comprovado por meio da inclusão na lista de Large Solution Partners - GP ou por meio de uma declaração emitida pela "Microsoft Corporation" que comprove a autorização e autonomia do parceiro para firmar contratos de licenciamento com a Administração Pública.

Ao analisar os critérios de habilitação para a contratação da Administração Pública, fica claro o objetivo de avaliar a capacidade do licitante para firmar um contrato com a Administração Pública, garantindo o cumprimento adequado das obrigações. No entanto, vincular a adjudicação a um Parceiro de Governo da Microsoft pode levar ao fracasso do processo de seleção, colocando em risco os recursos e esforços investidos na preparação do contrato. Portanto, é importante considerar as condições de habilitação adequadas para evitar problemas futuros.

No entanto, ao analisar a lista de Parceiros de Governo disponível na Lista LSP (<https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/parceiros%20lsp>), verifica-se a presença de 13 Parceiros de Governo qualificados para participar e firmar contratos de licenciamento com a Administração Pública. Essa constatação indica que não há impactos negativos diretos na concorrência do processo em questão.

O argumento se fundamenta na análise de estudos e pesquisas de mercado e produtos realizados pela Microsoft. Constatou-se que os contratos de Governo dos LSP-GP oferecem os maiores descontos para as contratações, o que é essencial para garantir a adjudicação da opção mais vantajosa para a administração.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

A ausência de previsão da condição de LSP-GP para esta contratação pode comprometer o sucesso do processo licitatório, pois negligencia todas as condições necessárias para alcançar os objetivos pretendidos, que é a contratação da "Alternativa Mais Vantajosa Para a Administração Pública".

Verifica-se que a etapa mais eficiente para lidar com os candidatos inelegíveis é a avaliação de habilitação. Ao estabelecer a avaliação da conformidade com o conjunto de critérios LSP-GP como condição para a assinatura do contrato, impõem-se restrições significativas à capacidade de contornar a inaptidão de um candidato previamente aceito. Por outro lado, desclassificar os candidatos inelegíveis durante o processo de seleção traria benefícios concretos, pois ajudaria a reduzir os riscos de fracasso ao evitar que eles assinassem o contrato.

2.16 Impacto Ambiental

2.16.1 O presente registro de preços visa a aquisição de licenciamento de software, o que não condiz com o emprego de substâncias nocivas ao meio ambiente e de consumo energético ineficiente. Cita-se inclusive que as soluções pretendidas agregarão maior valor ao resguardo ambiental nas atividades em que esta será empregada, devido ao desenho de uma solução com eficiência compatível com as mais atuais e melhores alternativas do mercado tecnológico, elevando assim o cenário sustentável das atividades do PJMS.

2.16.2 Não haverá impacto ambiental negativo com a implantação da presente solução.

2.17 Classificação Orçamentária

2.17.1 A presente aquisição ocorrerá por conta da Ação/localizador/Funcional Programática: FP: 02.126.0003.2045.0001 – Manutenção das Atividades de Informatização (FUNJECC).

2.17.2 Elementos de despesa:



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

800
Esta é uma cópia do documento 159.782.649.0016/2023. O original pode ser acessado em <http://www.tjms.jus.br/docdigital>. Código de verificação: 4c57ec98b
Liberado nos autos por: ANDREA CARLA PINHEIRO LINS em 08/11/2023 18:12:38. Documento assinado digitalmente por ICLOVIS ANTONIO PRESOTTO JUNIOR, MARLON DALTRO TOSTA, ALTAIR JUNIOR ANCELMO SOARES, JOSUEL BATISTA DA SILVA MOURA, FERNANDO MONTEIRO DUARTE, LAURA LOPES WITWYTSKY NARDAO, DIEGO RAMOS DE BAIRROS LIRIANE APARECIDA DA SILVA NOGUEIRA

Descrição	Nº	Item	Elemento
Assinatura SaaS	1	Project P1 Sub Per User	33904015
	2	Project P3 Sub Per User	33904015
	3	Power BI Pro Sub Per User	33904015
	4	O365 E1 Sub Per User	33904015
	5	O365 E3 Sub Per User	33904015
	6	CCAL Bridge O365 Sub Per User	33904015
	7	Power Apps Per App Sub 1 App or Portal	33904015
	8	PowerAppsPlan ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	33904015
	9	Power Automate Sub Per User	33904015
	10	Power Automate Flow Sub Min 5 Licenses	33904015
	11	O365 E3 SU O365 E1 Per User	33904015
Licença Perpétua + Software Assurance (SA) 36 meses	12	SharePoint Server 2019 ALng LSA	33904011
	13	SharePoint Enterprise CAL ALng LSA User CAL	33904011
	14	Win Server Standard Core ALng LSA 2L	33904011
	15	Win Server DC Core ALng LSA 2L	33904011
	16	SQL Server Enterprise Core ALng LSA 2L	33904011

Tabela 4 - Elementos de despesas

2.18 Estimativa Preliminar do Valor Unitário do Objeto da Contratação

2.18.1 Os valores unitários estimados aos objetos da contratação, elaborados na etapa de planejamento foram inicialmente documentados no Processo de Estudo Técnico Preliminar nº. 159.943.0019/2023.

2.18.2 Consulta de Contratações Públicas Similares (banco de preços)

2.18.2.1 Como os cenários para licenciamento são bastante divergentes entre os órgãos é muito difícil fazer um paralelo preciso entre as contratações, na maioria dos casos. Além disso, há tipos de licenças diferentes para atender a um mesmo propósito o que dificulta ainda mais identificar as similaridades.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

2.18.2.2 Também não foram encontradas contratações públicas para os seguintes produtos:

- I. O365 E3 SU O365 E1 Per User
- II. Power Apps Per App Sub 1 App or Portal
- III. Power Automate Sub Per User
- IV. Power Automate Flow Sub Min 5 Licenses
- V. SharePoint Enterprise CAL ALng LSA User CAL

2.18.2.3 A Consulta de Contratações Públicas Similares resultou em:

Item	Órgão Público	Fornecedor	Ano	Valor ajustado 36 meses	Média
Project P1 Sub Per User	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR Instituto Nacional da Propriedade Industrial	31.252.279/0001-24 RESULTO CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA	2022	R\$ 1,437.48	R\$ 1,437.48

Item	Órgão Público	Fornecedor	Ano	Valor ajustado 36 meses	Média
Project P3 Sub Per User	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR Instituto Nacional da Propriedade Industrial	31.252.279/0001-24 RESULTO CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA	2022	R\$ 4,308.84	R\$ 4,113.90
	Conselho Nacional do Ministério Público	35.473.014/0001-07 TELEFONICA CLOUD E TECNOLOGIA DO BRASIL S.A	2023	R\$ 4,303.97	
	MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA AGENCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - DF	57.142.978/0001-05 BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	2022	R\$ 3,728.88	

Esta é uma cópia do documento 159.782.649.0016/2023. O original pode ser acessado em <http://www.tjms.jus.br/docdigital>. Código de verificação: 4c57ec98b
Liberado nos autos por: ANDREA CARLA PINHEIRO LINS em 08/11/2023 18:12:38. Documento assinado digitalmente por CLOVIS ANTONIO PRESOTTO JUNIOR, MARLON DALTRO TOSTA, ALTAIR JUNIOR ANCELMO SOARES, JOSUEL BATISTA DA SILVA MOURA, FERNANDO MONTEIRO DUARTE, LAURA LOPES WITWITZKY NARDAO, DIEGO RAMOS DE BAIRROS, LIRIANE APARECIDA DA SILVA NOGUEIRA



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

802
Esta é uma cópia do documento 159.782.649.0016/2023. O original pode ser acessado em <http://www.tjms.jus.br/docdigital>. Código de verificação: 4c57ec98b
Liberado nos autos por: ANDREA CARLA PINHEIRO LINS em 08/11/2023 18:12:38. Documento assinado digitalmente por ICLOVIS ANTONIO PRESOTTO JUNIOR, MARLON DALTRIO TOSTA, ALTAIR JUNIOR ANCELMO SOARES, JOSUEL BATISTA DA SILVA MOURA, FERNANDO MONTEIRO DUARTE, LAURA LOPES WITWYTKY NARDAO, DIEGO RAMOS DE BAIRROS LIRIANE APARECIDA DA SILVA NOGUEIRA

Item	Órgão Público	Fornecedor	Ano	Valor ajustado 36 meses	Média
Power BI Pro Sub Per User	POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	57.142.978/0001-05 BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	2023	R\$ 1,245.40	R\$ 1,724.09
	PODER JUDICIÁRIO Tribunal Superior Eleitoral Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	57.142.978/0001-05 BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	2023	R\$ 2.286,84	
	PODER JUDICIÁRIO Tribunal Regional Federal Tribunal Regional Federal da Primeira Região	19.877.285/0002-52 LANLINK SOLUCOES E COMERCIALIZACAO EM INFORMATICA S/A	2022	R\$ 1,322.34	
	MINISTÉRIO DA ECONOMIA	01.536.701/0001-02 GOLDNET T I S/A	2022	R\$ 1,831.68	
	GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF	14.065.989/0001-26 CONTIGO TELECOM LTDA	2022	R\$ 1,934.19	

Item	Órgão Público	Fornecedor	Ano	Valor ajustado 36 meses	Média
O365 E1 Sub Per User	Conselho Nacional do Ministério Público	35.473.014/0001-07 TELEFONICA CLOUD E TECNOLOGIA DO BRASIL S.A.	2023	R\$ 1.206,94	R\$ 1,172.09
	PODER JUDICIÁRIO Tribunal Regional Federal Tribunal Regional Federal da Primeira Região	57.142.978/0001-05 BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	2022	R\$ 1,082.49	
	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	19.877.285/0002-52 LANLINK SOLUCOES E COMERCIALIZACAO EM INFORMATICA S/A	2022	R\$ 1,226.83	

Item	Órgão Público	Fornecedor	Ano	Valor ajustado 36 meses	Média
------	---------------	------------	-----	-------------------------	-------



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

803
Esta é uma cópia do documento 159.782.649.0016/2023. O original pode ser acessado em <http://www.tjms.jus.br/docdigital>. Código de verificação: 4c57ec98b
Liberado nos autos por: ANDREA CARLA PINHEIRO LINS em 08/11/2023 18:12:38. Documento assinado digitalmente por ICLOVIS ANTONIO PRESOTTO JUNIOR, MARLON DALTRO TOSTA, ALTAIR JUNIOR ANCELMO SOARES, JOSUEL BATISTA DA SILVA MOURA, FERNANDO MONTEIRO DUARTE, LAURA LOPES WITWITZKY NARDAO, DIEGO RAMOS DE BAIRROS LIRIANE APARECIDA DA SILVA NOGUEIRA

O365 E3 Sub Per User	PODER JUDICIÁRIO Tribunal Regional Federal Tribunal Regional Federal da Primeira Região	57.142.978/0001-05 BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	2022	R\$ 3,103.71	R\$ 3,233.46
	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	19.877.285/0002-52 LANLINK SOLUCOES E COMERCIALIZACAO EM INFORMATICA S/A	2022	R\$ 3,378.19	
	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	35.093.555/0001-00 TWO CLOUD SERVICOS DE INFORMATICA EIRELI	2022	R\$ 3,375.00	
	MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA	57.142.978/0001-05 BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	2022	R\$ 3,076.92	

Item	Órgão Público	Fornecedor	Ano	Valor ajustado 36 meses
PowerAppsPlan ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA	57.142.978/0001-05 BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	2022	R\$ 5,849.28

Item	Órgão Público	Fornecedor	Ano	Valor ajustado 36 meses	Média
SharePoint Server 2019 ALng LSA	Tribunal Superior do Trabalho	06.241.557/0001-09 INGRAM MICRO TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA	2022	R\$ 41,267.50	R\$ 36,498.35
	POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	57.142.978/0001-05 BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	2023	R\$ 31,729.20	

Item	Órgão Público	Fornecedor	Ano	Valor ajustado 36 meses	Média
Win Server Standard Core ALng LSA 2L	Governo do Estado do Rio Grande do Norte	13.695.989/0001-47 NEXER ENTERPRISE APPLICATIONS - SERVICOS DE SUPORTE LTDA	2022	R\$ 7.554,87	R\$ 7,477.44



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

804

Esta é uma cópia do documento 159.782.649.0016/2023. O original pode ser acessado em <http://www.tjms.jus.br/docdigital>. Código de verificação: 4c57ec98b

Liberado nos autos por: ANDREA CARLA PINHEIRO LINS em 08/11/2023 18:12:38. Documento assinado digitalmente por ICLOVIS ANTONIO PRESOTTO JUNIOR, MARLON DALTRO TOSTA, ALTAIR JUNIOR ANCELMO SOARES, JOSUEL BATISTA DA SILVA MOURA, FERNANDO MONTEIRO DUARTE, LAURA LOPES WITWITZKY NARDAO, DIEGO RAMOS DE BAIRROS LIRIANE APARECIDA DA SILVA NO

	Governo do Estado do Rio de Janeiro	66.582.784/0001-11 MAPDATA- TECNOLOGIA,INFORMATICA E COMERCIO LTDA	2023	R\$ 7400,00	
--	-------------------------------------	---	------	----------------	--

Item	Órgão Público	Fornecedor	Ano	Valor ajustado 36 meses	Média
Win Server DC Core ALng LSA 2L	PODER JUDICIÁRIO Tribunal Regional Federal Tribunal Regional Federal da 5ª Região Justiça Federal da 1ª Instância	57.142.978/0001-05 BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	2022	R\$ 3.775,00	R\$ 4,608.35
	Governo do Estado do Rio Grande do Norte	13.695.989/0001-47 NEXER ENTERPRISE APPLICATIONS - SERVICOS DE SUPORTE LTDA	2022	R\$ 5.441,69	

Item	Órgão Público	Fornecedor	Ano	Valor ajustado 36 meses	Média
CCAL Bridge 0365 Sub Per User	PODER JUDICIÁRIO Tribunal Regional Federal Tribunal Regional Federal da 5ª Região Justiça Federal da 1ª Instância	57.142.978/0001-05 BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	2022	R\$ 406.00	R\$ 1872,57
	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - CNPQ	02.667.694/0001-40 TELMEX DO BRASIL S/A	2022	R\$ 1,466.57	

Item	Órgão Público	Fornecedor	Ano	Valor ajustado 36 meses	Média
SQL Server Enterprise Core ALng LSA 2L	Ministério da Saúde	57.142.978/0001-05 BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	2022	R\$ 71.712,09	R\$ 64,515.21
	POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	57.142.978/0001-05 BRASOFTWARE	2023	R\$ 58.333,87	



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

		INFORMATICA LTDA			
	MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA	57.142.978/0001-05 BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	2022	R\$ 63.499,68	

2.18.2.4 Salienta-se que a consideração das soluções apresentadas nas tabelas acima, contratadas pela Administração pública, foi realizada com a avaliação de equivalência ou de similaridade dos objetos, tendo em vista a dificuldade de encontrar/existir, exatamente, o mesmo objeto com as mesmas necessidades específicas de um órgão para outro, bem como não eram aderentes aos valores do Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas.

2.18.3 Análise de Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas

2.18.3.1 Com base no Acórdão 2.569/2018-TCU-Plenário, a Microsoft celebrou o Acordo Corporativo nº 8/2020 com a **União**, com o objetivo de promover a eficiência, transparência e economicidade as contratações públicas de produtos e serviços Microsoft. Os valores pré-estabelecidos no acordo estão abaixo dos valores praticados no mercado.

2.18.3.2 Considerando que o acordo já estabeleceu os valores máximos a serem pagos pelos produtos e serviços da Microsoft, a ampla tomada de preços se torna dispensável em relação a esses itens, destacando, inclusive, que fornecedores representantes LSP da Microsoft no Brasil recomendam a consulta ao acordo como referência de preços, determinando o mesmo como parâmetro para as contratações de produtos e serviços Microsoft pela Administração Pública.

2.18.3.3 Considerando que o PJMS aderiu ao acordo em 05/06/2023, este processo de contratação obedecerá aos termos do acordo, inclusive os valores baseados no Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, no quinto termo aditivo ao acordo corporativo.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

2.18.3.4 Os valores dos itens constantes no acordo estão representados na Tabela 5.

2.18.3.4.1 Destaca-se que o catálogo ⁵apresenta valores unitários de cada produto com precisão de até 5 casas decimais. Para apresentação do custo total (36 meses), os valores serão arredondados para apenas 2 casas decimais.

Item	Solução	Valor Unitário e Quantidade Inicialmente Estimados	Valor Total Inicialmente Estimado Para a Demanda
1	Project P1 Sub Per User	R\$ 536,39712 por ano 57 Unid.	R\$ 91.723,91
2	Project P3 Sub Per User	R\$ 1.608,20352 por ano 7 Unid.	R\$ 33.772,27
3	Power BI Pro Sub Per User	R\$ 535,40928 por ano 2 Unid.	R\$ 3.212,46
4	O365 E1 Sub Per User	R\$ 451,68 por ano 5800 Unid.	R\$ 7.859.232,00
5	O365 E3 Sub Per User	R\$ 1.451,13696 por ano 650 Unid.	R\$ 2.829.717,07
6	CCAL Bridge O365 Sub Per User	R\$ 167,9328 por ano 5800 Unid.	R\$ 2.922.030,72
7	Power Apps Per App Sub 1 App or Portal	R\$ 316,1088 por ano 10 Unid.	R\$ 9.483,26
8	PowerAppsPlan ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	R\$ 1.261,44 por ano 10 Unid.	R\$ 37.844,15
9	Power Automate Sub Per User	R\$ 946,32 por ano 10 Unid.	R\$ 28.390,52
10	Power Automate Flow Sub Min 5 Licenses	R\$ 6.306,37056 por ano 10 Unid.	R\$ 189.191,12
11	O365 E3 SU O365 E1 Per User	R\$ 880,16544 por ano 2697 Unid.	R\$ 7.121.418,58
12	SharePoint Server 2019 ALng LSA	R\$ 21.906,9984 por ano 2 Unid.	R\$ 131.441,99
13	SharePoint Enterprise CAL ALng LSA User CAL	R\$ 349,0368 por ano 200 Unid.	R\$ 209.422,08
14	Win Server Standard Core ALng LSA 2L	R\$ 396,7824 por ano 88 Unid.	R\$ 104.750,55
15	Win Server DC Core ALng LSA 2L	R\$ 1.917,2328 por ano 416 Unid.	R\$ 2.392.706,53

⁵<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/anexo-i-microsoft-v4-0-0.ods/@@download/file/Anexo%201%20Microsoft%20v4.0.0.ods>



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

16	SQL Server Enterprise Core ALng LSA 2L	R\$ 40.275,06 por ano 144 Unid.	R\$ 17.398.825,92
Valor total Estimado para Atender as Demandas na Totalidade:			R\$ 41.363.163,14

Tabela 5 - Valores de catálogo

3 Especificação Técnica da Solução

3.1 Disposições Gerais:

- 3.1.1 As soluções levantadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação, relacionadas à presente contratação, atenderão com plenitude às demandas, classificadas pela Administração como prioritárias, tangenciando a manutenção e ampliação do licenciamento de produtos Microsoft relacionados às ferramentas colaborativas online e infraestrutura de software associada.
- 3.1.2 Os quantitativos e itens de referência desta contratação estão descritos na Tabela 1 - Objetos demandados.
- 3.1.3 Considera-se como nota fiscal exclusiva ao lote a nota fiscal que contenha única e exclusivamente como objeto o respectivo lote/item. Esta regra também se aplica aos itens que vierem a ser substituídos, por qualquer fundamento previsto neste Termo de Referência.
- 3.1.4 As especificações técnicas e exigências específicas aos itens estão descritas no **ANEXO I Especificações Técnicas e Garantia dos Itens**.
- 3.1.5 O PJMS pode solicitar atuação de perito específico, bem como contratar terceiro para analisar as especificações, e conformidade dos itens perante ao solicitado.
- 3.1.6 Os itens devem ser fornecidos conforme o requisitado neste Termo de Referência, e devem atender rigorosamente as especificações, funcionalidades, compatibilidades, padrões, e tecnologias exigidas no Edital.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

- 3.1.7 Os itens ofertados deverão estar no canal de suporte Mainstream e ativos pela fabricante. Não serão aceitos itens descontinuados, em fim de vida ou fim de venda.
- 3.1.8 Cada unidade de todos os itens fornecidos deve ser da mesma versão, modelo, características, tecnologias, funcionalidades na fase de habilitação do Pregão.
- 3.1.8.1 Qualquer situação / ocorrência que envolva a impossibilidade / incapacidade de o fornecedor entregar os itens homologados ao certame deve ser comunicada e detalhadamente justificada com a apresentação de todos os documentos e fatos comprobatórios, por meio de ofício à Secretaria de Tecnologia da Informação.
- 3.1.8.1.1 Na ocorrência da referida condição, a Contratada deverá apresentar um novo produto com, no mínimo, as mesmas capacidades do produto originalmente homologado.
- 3.1.8.1.2 Na ocorrência da condição item 3.1.8.1.1, a Contratada deverá encaminhar solicitação devidamente protocolada junto ao PJMS, com todo o material técnico comprobatório das condições técnicas do item apresentado – em atendimento às exigências do Edital e do Termo de Referência. Somente serão elegíveis ao aceite alternativo itens que possuam qualidade, usabilidade, padrões e recursos tecnológicos equivalentes ou superiores aos anteriormente homologados.
- 3.1.8.1.3 A equipe técnica da Secretaria de Tecnologia da Informação fará a devida análise da solicitação e do item apresentado, avaliando os impactos que a presente situação poderá causar à Administração e ao condicionamento técnico do item alternativo, a partir da qual poderá emitir parecer técnico sobre o fornecimento de itens distintos dos homologados ao certame.

3.2 Disposições Específicas do Objeto



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

3.2.1 O detalhamento específico do objeto e das condições inerentes à sua execução estão dispostas nos Anexos, tal como segue:

3.2.1.1 ANEXO I Especificações Técnicas e Garantia dos Itens.

3.2.1.2 ANEXO II Modelos de Documentos.

3.2.1.3 ANEXO III Relação de Quantidades

3.2.2 O detalhamento de que trata este Termo de Referência baliza-se em qualidades técnicas mínimas, a partir do qual qualquer característica exigida pode ser interpretada como uma condição mínima, a partir do qual a apresentação de características superiores ou de total similaridade/equivalência à respectiva finalidade da respectiva exigência específica poderão ser aceitas.

3.2.2.1 Excetua-se, nesta condição, as exigências que adotem o viés de fixação de características específicas e que não aceitam variações qualitativas / quantitativas – **desde que apresentado os devidos apontamentos da fixação da característica.**

4 Requisitos da contratação

4.1 Apresentação de Documentação Técnica

4.1.1 Exceto se o item ofertado for de mesmo SKU/Identificador SGD do objeto de referência, o licitante deverá anexar junto à sua proposta documentos, catálogos, manuais técnicos, datasheets, declarações da fabricante e/ou demais documentos legítimos e de autoria exclusiva da fabricante que comprovem a conformidade técnica dos itens de sua proposta em relação às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e seus Anexos. A comprovação das exigências deverá ser apresentada em documento específico, anexado junto à proposta e que contenha os respectivos apontamentos e comprovações de conformidade técnica.

4.1.1.1 Caso a documentação técnica oficial do fabricante não contenha explicitamente as comprovações relacionadas às exigências de



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

cada item, poderão ser apresentadas declarações de conformidade técnica emitidas diretamente pela fabricante - apontando detalhadamente as características de atendimento às exigências que não estejam presentes na documentação oficial – condição esta que pressupõe a responsabilização jurídica da Fabricante em consequência à veracidade das informações apresentadas.

- 4.1.2 Todas as exigências e detalhes técnicos do item, apresentados no ANEXO I Especificações Técnicas e Garantia dos Itens, devem estar demonstrados na documentação a ser apresentada pelo licitante.
- 4.1.3 Devido às especificidades do sistema e seu método de envio/carregamento de documentos, recomendamos o envio da documentação em no mínimo 2 dias antes ao momento de início do certame.
- 4.1.4 A omissão de comprovação técnica da regularidade do item ofertado frente às exigências técnicas, através da documentação oficial / declaração do fabricante do equipamento, fundamentará a possibilidade de questionamento por parte da equipe técnica para atestar a conformidade do objeto ofertado com o item homologado.
- 4.1.5 A proposta será desclassificada quando:
- a. Não for possível realizar a devida identificação, validação e comprovação das características técnicas exigidas, por meio da documentação oficial apresentada pelo Licitante e pela subsequente análise da amostra (quando esta documentação se mostrar insuficiente para tal).
 - b. A proposta ou a documentação técnica demonstrarem características insuficientes / inferiores às exigidas ao item.
 - c. A avaliação da amostra, no caso de sua solicitação, comprovar características insuficientes / inferiores às exigidas ao item.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

4.2 Das Entregas, Prazos, Notas Fiscais e Condições de Recebimento e Pagamento dos Itens

- 4.2.1 O prazo de entrega dos itens, em todos os lotes é de 10 dias corridos contados a partir da data de assinatura do contrato.
- 4.2.2 As licenças referentes aos itens deverão ser disponibilizadas no portal de administração da plataforma do Office 365, na conta do TJMS.
- 4.2.3 O comunicado de disponibilização/entrega deve ser efetivado **cumulativamente** por meio de:
- 4.2.3.1 Envio de e-mail oficial do fornecedor / fabricante para contratosti@tjms.jus.br.
- 4.2.3.2 Contato telefônico no número (67) 3374-1366 – Deve ser solicitado a ciência dos Fiscais e Gestores, comunicando para tanto o número do pregão, o nome do item e o quantitativo envolvido.
- 4.2.4 Cada entrega deve conter exatamente a mesma quantidade de itens solicitados no pedido de fornecimento correspondente, não sendo permitida a entrega parcial para pagamentos parcelados.
- 4.2.5 Caso os itens sejam entregues com qualquer tipo de irregularidade, o fornecedor terá o prazo de 5 dias úteis para regularizar a situação, restando os procedimentos e prazos para emissão do Recebimento Definitivo CONGELADOS.
- 4.2.6 A CONTRATANTE realizará o Recebimento Provisório para cada evento de entrega.
- 4.2.7 A CONTRATADA deverá oficializar e fundamentar a ocorrência da entrega insuficiente, comprovando todas as situações que ocasionaram tal cenário.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

- 4.2.8 A nota fiscal do item deverá ser disponibilizada no mesmo momento da entrega do item.
- 4.2.8.1 As notas fiscais devem ser exclusivas para cada item, contendo única e exclusivamente, como objeto independente, os respectivos itens solicitados.
- 4.2.8.2 Cada item distinto deverá ter a sua respectiva nota fiscal, independente de demais Itens a serem fornecidos no mesmo contrato e/ou pelo mesmo fornecedor.
- 4.2.8.2.1 Deve ser emitida uma única nota fiscal para cada item do pedido de fornecimento.
- 4.2.8.2.2 É vedado o parcelamento/divisão da solicitação de fornecimento em várias notas fiscais para um mesmo item.
- 4.2.8.3 A CONTRATADA deve emitir, para cada solicitação de fornecimento do objeto da Ata de Registro de Preços, a(s) nota(s) fiscal(is) com a descrição do produto/serviço, com os respectivos descritivos técnicos e a respectiva descrição/SKU do item.
- 4.2.9 **Independente do modelo/modo de fornecimento, todas as Notas Fiscais emitidas para o presente contrato devem ser emitidas em nome / CNPJ da CONTRATADA (LICITANTE) para o nome / CNPJ do CONTRATANTE.**
- 4.2.10 Ao final da entrega dos itens à CONTRATANTE, caso não haja qualquer irregularidade apurável até sua conclusão, iniciar-se á o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, conforme **ANEXO II Modelos de Documentos.**
- 4.2.11 O PJMS designará servidor/comissão e/ou fiscal do contrato para realizar os testes de aceite e confeccionar o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, conforme **ANEXO II Modelos de Documentos.**



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

- 4.2.12 A equipe técnica da Secretaria de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul do PJMS irá, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, realizar a devida análise dos itens e serviços envolvidos.
- 4.2.13 Qualquer um dos itens que apresentarem problemas ou discrepâncias de funcionamento durante as análises e testes de aceite, acarretará na obrigação de substituição e/ou correção destes pela CONTRATADA, sem compor qualquer ônus ao PJMS.
- 4.2.14 É facultado à CONTRATADA indicar um representante técnico para acompanhamento das análises e testes.
- 4.2.15 Os testes dos itens poderão ser realizados com o acompanhamento de qualquer um dos licitantes participantes do processo, desde que se submeta aos horários e datas estipulados pela CONTRATANTE.
- 4.2.16 Os itens analisados não oneram a CONTRATANTE em momento algum, mesmo que o objeto apresente problemas de funcionamento no momento dos testes ou em decorrência destes.
- 4.2.17 Somente estarão aptos para o aceite, os itens que atenderem a TODAS as exigências do Edital.
- 4.2.18 O(s) responsável(eis) técnico(s) do PJMS deverá(ão) - após a comprovação do perfeito funcionamento das quantidades requeridas e da adequação do item frente ao exigido no Edital do Pregão Eletrônico, o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO do item será emitido conforme modelo do **ANEXO II Modelos de Documentos**.
- 4.2.19 No caso da recusa do item/produto, a CONTRATANTE deverá comunicar a CONTRATADA, apresentando o motivo da recusa do item.
- 4.2.20 A CONTRATANTE deverá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, emitir o



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

comunicado de Recusa do lote ou o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO dos itens.

- 4.2.20.1 O FORNECEDOR terá o prazo de 10 (dez) dias corridos - contados da data de emissão do comunicado de recusa do item/produto - para remover/deletar/desinstalar todo o lote recusado da CONTRATANTE, sem qualquer ônus ao PJMS.
- 4.2.20.2 O FORNECEDOR terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos - contados da data de emissão do comunicado de recusa do item/produto - para entregar um novo lote que satisfaça ao exigido no Edital.
- 4.2.20.3 Os dados do PJMS que já estejam na nuvem da Microsoft devem permanecer resguardados e acessíveis aos usuários internos do PJMS, durante o período que for necessário para regularização das inconsistências.
- 4.2.21 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, a CONTRATANTE deverá datar e atestar a(s) nota(s) fiscal(s) para pagamento.
- 4.2.21.1 A emissão do Termo de Recebimento Definitivo está condicionada à:
- I. Inexistência de Pendências quanto às condições administrativas e operacionais descritas no Edital, no Termo de Referência, no Contrato e nos respectivos anexos destes.
 - II. A conformidade do item/produto entregue, em consonância Técnica, operacional e quantitativa ao descrito no Edital, no Termo de Referência, no Contrato e nos respectivos anexos destes.
 - III. A Inexistência e/ou saneamento de qualquer irregularidade/pendência apontada pela equipe técnica e/ou Gestores e Fiscais da Contratação.
 - IV. Entrega de todos os documentos exigidos.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

V. Ciência e assinatura do documento de Recebimento Provisório pelo Gestores ou Fiscal da Contratação.

4.2.22 O prazo para regularização e conformidade das pendências da CONTRATADA, relativo às exigências do Recebimento Definitivo é de 15 dias corridos contados da notificação pela CONTRATANTE.

4.2.23 O Recebimento Definitivo dos lotes não exclui a CONTRATADA do atendimento de eventuais solicitações da CONTRATANTE no que tange à conformidade e correção / ajuste dos itens entregues ao PJMS frente ao exigido no edital e aos serviços envolvidos à contratação.

4.2.23.1 Toda e qualquer condição observada em discrepância ao Termo de Referência e demais condições vinculantes do Edital e Anexos poderão ser contestadas pela CONTRATANTE para regularização obrigatória por parte da CONTRATADA, independente do aceite definitivo e em qualquer momento durante a vigência do CONTRATO.

4.2.24 O pagamento das licenças de software será realizado em três parcelas anuais, e será feito de acordo com a quantidade ativada.

4.2.25 **A primeira parcela será paga no início do contrato, em até 10 (dez) dias úteis após o efetivo atestado da nota fiscal e as demais parcelas serão pagas anualmente.**

4.2.26 Se for constatado que o fornecimento das licenças não atende às condições estipuladas no Edital, o PJMS se reserva o direito de suspender o pagamento até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isso lhe acarrete encargos financeiros adicionais;

4.2.27 **Em caso de aumento ou diminuição no quantitativo de licenças ativadas no decorrer da vigência do contrato e entre as parcelas anuais previstas, deverá ser calculado o valor pró-rata mensal em relação ao valor unitário da licença a partir da data da disponibilização da licença até a data de vencimento da próxima**



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

parcela ou finalização do contrato, para licenças ativadas durante o último ano de vigência.

5 Elementos Para Gestão do Contrato

5.1 Obrigações da CONTRATADA

- 5.1.1 Fornecer o(s) item(s) conforme especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, na Proposta e no Contrato;
- 5.1.2 Apresentar documento contendo os contatos e responsáveis / preposto da CONTRATADA, que prestará esclarecimentos, informações ou intermediará/atenderá qualquer demanda da CONTRATANTE relacionada aos itens adquiridos.
- 5.1.3 Fornecer, quando solicitada, a documentação necessária à instalação e à operação dos produtos (manuais, termos de garantia, etc.), completa, atualizada e em português do Brasil, caso exista, ou, pelo menos, em inglês.
- 5.1.4 Disponibilizar Canal de Atendimento / mecanismo para a abertura, acompanhamento e fechamento de demandas / chamados de garantia, conforme períodos, horários e condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.
- 5.1.5 Comunicar formal e imediatamente ao Gestor do contrato ou responsável técnico do PJMS sobre mudança em qualquer um dos mecanismos de contato e atendimento da CONTRATADA;
- 5.1.6 Prestar as informações, relatórios e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos do PJMS, referentes aos itens, entrega, suporte e/ou demais documentos relacionados/exigidos no Edital e/ou Termo de Referência no prazo de 15 dias corridos contados da notificação/solicitação.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

- 5.1.7 Apresentar e manter atualizado os canais de contato do Preposto do contrato, fornecendo no mínimo um endereço de e-mail válido no domínio da contratada e/ou da fabricante, junto a um número telefone válido.
- 5.1.8 TODOS os atendimentos de chamados deverão ser realizados mediante a apresentação de um número de protocolo.
- 5.1.9 Responder por quaisquer prejuízos que seus profissionais causarem ao patrimônio do PJMS ou a terceiros, por ocasião da execução do objeto, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.
- 5.1.10 Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento das licenças e pela execução dos serviços de suporte, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade na execução dos trabalhos, dentro dos prazos estipulados e cujo descumprimento será considerado infração passível de aplicação das penalidades previstas.
- 5.1.11 Comunicar ao Gestor ou responsável técnico do PJMS, formal e imediatamente, todas as ocorrências anormais e/ou que possam comprometer a execução do objeto, a entrega do lote, o atendimento das demandas de suporte e/ou qualquer outra condição anômala à esta contratação.
- 5.1.12 Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do PJMS ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme previsto na Política de Termos de Compromisso e Confidencialidades - Portaria Nº 774 de 03 de Agosto de 2015 do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.
- 5.1.13 Cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos nas políticas de segurança da Informação do PJMS.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

- 5.1.14 Responsabilizar-se pela conservação dos ambientes onde desempenhe as atividades necessárias para prestar a garantia on-site.
- 5.1.15 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, nos termos da Lei 14.133/2021.
- 5.1.16 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990).
- 5.1.17 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com o PJMS.
- 5.1.18 Considerar que a ação de fiscalização da Administração do PJMS não dispensa a empresa CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais exigidas no Termo de Referência, Edital e demais documentos da presente contratação.
- 5.1.19 Comunicar oficialmente à CONTRATANTE - com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do vencimento/extrapolamento de qualquer prazo específico descrito no Edital, Termo de Referência e demais documentos - qualquer condição que impossibilite o cumprimento de qualquer obrigação da CONTRATADA, com a respectiva comprovação e detalhamento das condições e consequências.
- 5.1.20 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.1.21 Atender as requisições de resolução de irregularidades, apontadas pela CONTRATANTE, no prazo de 15 dias corridos contados da data de notificação/solicitação.
- 5.1.22 Garantia/Suporte:



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

- 5.1.22.1 A disponibilidade do serviço dos produtos do tipo subscrição de software como serviço (SaaS) deve ser de 99,4% do tempo contratado, de modo que a soma mensal do tempo de indisponibilidade não ultrapasse 4 horas.
- 5.1.22.2 Entende-se como serviço de suporte técnico o processo de resolução de incidentes, requisição de serviços e esclarecimento de dúvidas, desde a abertura do chamado até a finalização da solicitação, incluindo a gestão e os respectivos controles inerentes ao processo.
- 5.1.22.3 A CONTRATADA deverá prestar serviço de suporte técnico durante todo o período de vigência do contrato.
- 5.1.22.4 O serviço de suporte técnico à solução fornecida e implementada se destina a:
- Correção de problemas e esclarecimento de dúvidas sobre configuração e utilização da solução ofertada;
 - Manutenção e atualização de softwares que compõem a solução ofertada.
- 5.1.22.5 O serviço de suporte técnico deverá atender chamados para a resolução de incidentes, problemas, solicitação de serviços e esclarecimento de dúvidas.
- 5.1.22.6 O serviço de suporte técnico será solicitado pela equipe técnica do PJMS mediante abertura de chamado junto à CONTRATADA devendo obedecer ao tempo de atendimento previsto de acordo com a sua severidade.
- 5.1.22.7 A CONTRATADA deverá disponibilizar uma central de atendimento para o serviço de suporte técnico.
- 5.1.22.8 O serviço de suporte técnico deverá ser prestado em sua totalidade na língua portuguesa do Brasil.
- 5.1.22.9 A CONTRATADA ou FABRICANTE deverão possuir suporte técnico, através de, no mínimo, ferramenta Web, e-mail e contato telefônico



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

0800, disponíveis 24 horas por dia, sete dias por semana (24x7x365) para os administradores do PJMS, em idioma português.

5.1.22.10 Todos os custos provenientes da abertura de chamados e de sua correta resolução são de responsabilidade da CONTRATADA.

5.1.22.11 Os chamados serão centralizados na central de atendimento, independentemente da plataforma pelo qual foram abertos.

5.1.22.12 A CONTRATADA deverá fornecer ferramenta para acompanhamento da solução dos chamados.

5.1.22.13 A CONTRATADA deverá fornecer ferramenta Web para emissão de relatórios do serviço de suporte técnico. Os relatórios deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- Data e hora de abertura e fechamento do chamado;
- Nome do responsável pela abertura;
- Nome do responsável pelo atendimento;
- Número de controle (protocolo);
- Nível de severidade;
- Descrição sucinta do chamado e da solução adotada.

5.1.22.14 Os chamados deverão receber a seguinte classificação no momento da sua abertura:

- **INCIDENTE:** Quando a solução, ou parte dela, apresentar inoperância ou desvio de comportamento padrão do funcionamento em qualquer um dos seus componentes;
- **PROBLEMA:** Repetição de um incidente que recebeu uma solução de contorno e necessita que sua causa raiz seja identificada para que não se repita;
- **SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO:** Solicitação de alterações de configuração, parametrização, customizações, novas funcionalidades, melhorias nos serviços, e outras atividades que não se qualificam como incidente, problema ou dúvida;



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

- DÚVIDA: Auxílio para esclarecer dúvidas técnicas ou operacionais da solução.

5.1.22.15 Na abertura do chamado deverá ser definida a sua severidade de acordo com a classificação abaixo:

- Baixa: Ocorrências que não interfiram na disponibilidade ou performance dos serviços;
- Normal: Ocorrências que prejudiquem os serviços sem interrompê-los;
- Alta: Qualquer ocorrência que caracterize a indisponibilidade dos serviços.

5.1.22.16 Deverão ser respeitados os seguintes prazos para **resolução** dos chamados (SLA), contados a partir do momento de abertura destes, de acordo com a sua severidade:

- Baixa: 48 horas consecutivas;
- Normal: 14 horas consecutivas;
- Alta: 4 horas consecutivas.

5.1.22.17 Para os casos em que a CONTRATADA depender de atendimento da fabricante / desenvolvedora dos itens, o tempo de resolução do chamado (SLA) poderá ser superior ao estipulado no item 5.1.22.16, mediante avaliação da CONTRATANTE das informações e detalhamento das intervenções da fabricante / desenvolvedor, que deverão constar – sempre - registrados e mantidos atualizados no respectivo chamado aberto pela CONTRATANTE, contendo no mínimo as seguintes informações:

- Número de protocolo do acionamento da Fabricante / Desenvolvedora;
- Prazo de resolução estimado;
- Descrição de todas as solicitações, respostas e atuações entre a CONTRATADA e a fabricante / desenvolvedora.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

- 5.1.22.18 Para os casos em que a CONTRATADA depender de Informações técnicas do CONTRATANTE para atendimento do chamado, o prazo para **resolução** do chamado (SLA), será acrescido do tempo que a CONTRATANTE levou para apresentar as informações solicitadas.
- 5.1.22.18.1 A CONTRATADA deverá solicitar todas as informações necessárias no primeiro contato com a CONTRATANTE, sendo este tempo de resposta pela CONTRATANTE a ser acrescido do SLA.”
- 5.1.22.18.2 As demais solicitações de informações da CONTRATADA não terão o tempo de resposta pela CONTRATANTE acrescidos do SLA, salvo os casos em que a CONTRATADA comprovar e justificar a necessidade das solicitações de informações adicionais e que eram imprevisíveis ao primeiro atendimento.
- 5.1.22.18.3 O período para contato da CONTRATADA com a CONTRATANTE, para apresentação das informações adicionais e necessárias, será de segunda a sexta feira, das 12 às 19 horas (horário local da CONTRATANTE em dias úteis).
- 5.1.22.18.4 A solicitação de informações deve ocorrer via chamado, com envio automático de notificação ao e-mail do usuário que cadastrou o chamado.
- 5.1.22.19 Os atendimentos poderão ser realizados remotamente;
- 5.1.22.20 Não haverá limitação de número de chamados durante a vigência do contrato;
- 5.1.22.21 A CONTRATADA é responsável junto à CONTRATANTE pelo serviço de suporte técnico e poderá ser prestado pela CONTRATADA ou pelo FABRICANTE da solução.
- 5.1.22.22 A localização para efeitos de suporte deverá considerar o seguinte endereço: Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, Av. Mato Grosso, Bloco 13, Campo Grande-MS – CEP 79031-902;



5.2 Obrigações da CONTRATANTE

5.2.1 As obrigações, solicitações e avaliações do PJMS serão desempenhadas por:

5.2.1.1 Gestor do Contrato.

5.2.1.2 Fiscais do Contrato.

5.2.2 Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado, desde que sejam observadas as condições contratuais.

5.2.3 Avaliar a qualidade e acompanhar a execução de serviços e/ou o fornecimento de bens, identificando eventuais não conformidades.

5.2.4 Zelar pela segurança dos materiais / produtos, não permitindo seu manuseio por pessoas não habilitadas.

5.2.5 Comprovar e relatar por escrito as eventuais irregularidades na entrega do objeto contratado.

5.2.6 Sustar a aquisição do material/produto por estar em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.

5.2.7 Encaminhar demandas de correção à CONTRATADA.

5.2.8 Emitir pareceres no processo administrativo relativo à presente contratação, especialmente quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.

5.2.9 Encaminhar à Autoridade Competente, eventuais pedidos de alterações contratuais.

5.2.10 Acompanhar o prazo de apresentação das notas fiscais, faturas ou congêneres, bem como recebê-las, atestá-las e encaminhá-las para pagamento.

5.2.11 Aplicar as sanções, conforme previsto no contrato.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

5.2.12 Vetar o emprego de qualquer produto ou serviço que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais.

5.2.13 O Plano de Continuidade de Negócios (PCN) a ser executado em caso de extinção do contrato, nos termos do art. 137 da lei 14.133/21, ou encerramento contratual deverá ser aprovado pela equipe técnica do PJMS e deverá conter, no mínimo, as seguintes condições:

5.2.13.1 A CONTRATADA deverá prover todas as ferramentas, garantia e o suporte técnico necessários para possibilitar a migração dos dados mantidos na nuvem para uma outra solução definida pelo PJMS.

5.2.13.2 A migração de dados deverá contemplar todos os dados mantidos na nuvem, inclusive logs.

5.2.13.3 A migração dos dados não poderá exceder o prazo de 15 (quinze) dias após a extinção ou término contratual, sem custo adicional, exceto sob manifestação explícita do PJMS.

5.2.13.4 Ao final a Secretaria de Tecnologia da Informação fará as verificações necessárias para validação.

5.3 Vigência do Contrato e da Ata de Registro de Preços

5.3.1 A vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, prorrogável na forma da lei.

5.3.1.1 A atualização do preço registrado ocorrerá apenas na eventualidade de prorrogação da ata de registro de preços, aplicando-se a variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI acumulado no período.

5.3.1.2 A vigência dos contratos derivados da Ata de Registro de Preços terá como início a data de assinatura do contrato.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

5.3.2 A vigência dos contratos derivados deste terá como limite / fim a data do encerramento das obrigações de garantia dos lotes entregues.

5.4 Sanções Técnicas e de Acordo de Serviço

5.4.1 Com fundamento na Lei 14.133/2021, a CONTRATADA ficará sujeita, nos casos abaixo relacionados, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no Termo de Referência, no Edital e no contrato, salvo se a falta advier de caso fortuito, motivo de força maior ou outras justificativas a serem comprovadas e ponderadamente acatadas pela Administração.

5.4.2 As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos comprováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e, desde que:

- I. Formuladas e oficializadas no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** da data de notificação pela CONTRATANTE;
- II. Formuladas e oficializadas em data anterior à notificação pela CONTRATANTE.

5.4.3 Toda manifestação e justificativa / defesa da CONTRATADA será objeto de análise pela Administração e poderá ser objetivamente e justificadamente deferida ou indeferida.

5.4.4 Todas as situações plausíveis e intrínsecas à extinção do contrato descritas na Lei 14.133/2021 serão analisadas pela Administração quanto ao possível impacto e ônus a ser suportado pelo PJMS.

5.4.5 Sem prejuízo das demais sanções / multas cabíveis, a CONTRATADA fica sujeita às seguintes sanções administrativas:

5.4.5.1 Aplicação de Advertência, nas hipóteses de descumprimento de cláusulas contratuais de que não resulte prejuízo para a Administração ou que não seja identificada como transgressão recorrente.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

5.4.5.2 Aplicação de multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), adicionando-se, a partir do 5º dia corrido do descumprimento, 0,15% (quinze centésimos de por cento) por dia, do valor total da respectiva parcela (item) do contrato, por deixar de prestar informações e/ou apresentar relatório à CONTRATANTE, limitada à incidência de 20 (vinte) dias corridos, a partir do qual poderá a Administração considerar aplicar os demais procedimentos e mecanismos administrativos punitivos.

5.4.5.3 Aplicação de multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), adicionando-se, a partir do 5º dia útil do descumprimento, 0,15% (quinze centésimos de por cento) por dia, calculada sobre o sobre o valor total da respectiva parcela (item) inadimplida do contrato, caso haja atraso na entrega do item, até o máximo de 20 (vinte) dias úteis, a partir do qual somar-se-á 1% (um por cento) ao dia até o limite de 20% e poderá a Administração considerar o descumprimento da obrigação, ensejando a consequente extinção do contrato, independentemente da cobrança de multa compensatória e da aplicação de demais medidas administrativas mais severas e compatíveis com o prejuízo causado à CONTRATADA.

5.4.5.3.1 Caso a Administração não rescinda o contrato, a multa moratória a contar do 21º (vigésimo primeiro) dia passará a ser de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total da respectiva parcela (item) do contrato, até o efetivo recebimento dos itens/produtos, limitada a incidência ao valor total de 20% (vinte por cento) da mencionada parcela, sem prejuízo do disposto na alínea anterior (cumulativo).

5.4.5.4 Aplicação de multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) adicionando-se, a partir do 5º dia corrido do descumprimento, 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, do valor total da respectiva parcela (item) do contrato para atrasos injustificados na correção de irregularidades, falhas de segurança e/ou falhas que comprometam a qualidade dos itens contratados, que tenham sido solicitadas pela CONTRATANTE, limitada a incidência 20 (vinte) dias corridos, a partir do qual poderá a Administração aplicar os demais procedimentos e mecanismos administrativos punitivos equivalentes à Inação da CONTRATADA.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

5.4.5.4.1 Para as solicitações consideradas críticas e que acarretem em risco / prejuízo direto à CONTRATANTE, será adicionado ao índice da sanção referida no item 5.4.5.4 o valor de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao dia.

5.4.5.4.2 Esta sanção é aplicável para cada novo fato gerador ou pela permanência de fato gerador não resolvido sem a devida justificativa.

5.4.5.5 Aplicação de multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), adicionando-se 0,1% (um décimo por cento) por hora consecutiva, sobre o valor total da respectiva parcela (item) do contrato, no caso de descumprimento do tempo de resolução dos chamados de baixa severidade - fora da meta de tolerância prevista - limitada a incidência a 10 (dez) horas corridas, a partir do qual será aplicado o índice de 0,2% por hora corrida, limitado ao total de 20%.

5.4.5.6 Aplicação de multa moratória de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento), adicionando-se 0,15% (um centésimo por cento) por hora corrida, sobre o valor total da respectiva parcela (item) do contrato, no caso de descumprimento do tempo de resolução dos chamados de severidade normal - fora da meta de tolerância prevista - limitada a incidência a 10 (dez) horas corridas, a partir do qual será aplicado o índice de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) por hora corrida, limitado ao total de 20%.

5.4.5.7 Aplicação de multa moratória de 1% (um por cento), adicionando-se 0,5% (cinco décimos por cento) por hora consecutiva, sobre o valor total da respectiva parcela (item) do contrato, no caso de descumprimento do tempo de resolução dos chamados de alta severidade - fora da meta de tolerância prevista - limitada a incidência a 10 (dez) horas corridas, a partir do qual será aplicado o índice de 2% (dois por cento) por hora corrida, limitado ao total de 30%.

5.4.6 O cometimento reiterado de atrasos injustificados nos prazos e de descumprimentos das cláusulas do TR e Edital facultará a Administração aplicar medidas punitivas mais severas e a dobrar os índices percentuais de



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

aplicação/acúmulo e de limite de incidência, descritos a cada uma das penalidades previstas.

5.4.7 A CONTRATADA que praticar quaisquer das condutas elencadas no inciso IV do art. 5º da Lei 12.846/2013 ficará sujeita às sanções previstas no art. 6º, I e II do mesmo diploma legal.

5.4.8 Assegurar-se-á à CONTRATADA o pagamento pelo que foi executado, devidamente apurado;

5.4.9 As multas poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções e advertências do contrato, do Edital e do Termo de Referência.

5.5 Fiscalização e Acompanhamento do Contrato

5.5.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato serão realizados por fiscais e gestores da CONTRATANTE, especialmente designados pelo responsável do órgão:

5.5.1.1 Gestor do Contratação:

- Assessor Técnico da Secretaria de Tecnologia da Informação: Rodrigo Cavallari Ferreira Brandão;

5.5.1.2 Fiscais da Contratação:

- Itens 1, 2 e 3: Coordenadora da Coordenadoria de Projetos, Laura Lopes Witwytzky Nardao, e Diretor de Planejamento, Altair Junior Ancelmo Soares.
- Itens 4 e 10: Diretor do Departamento de Infraestrutura de Tecnologia, Fernando Monteiro Duarte, e Coordenador de Microinformática, Charles Cestari Baruki;
- Item 5: Diretor do Departamento de Infraestrutura de Tecnologia, Fernando Monteiro Duarte, e Diretora do Departamento de Atendimento ao Usuário, Iana Kersia Torres Lalucci Farias;



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

- Itens 6, 7, 8 e 9: Diretor do Departamento de Sistemas Administrativos, Diego Ramos de Bairros, e Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas, Daren Dobrinsky Soares;
- Itens 11 e 12: Diretor do Departamento de Sistemas Administrativos, Diego Ramos de Bairros, e Coordenador de Busines Intelligence, João Paulo Gomes de Andrade;
- Itens 13 e 16: Diretor do Departamento de Sistemas Administrativos, Diego Ramos de Bairros, e Coordenador de Administração de Dados e Soluções, Aldo de Queiroz Junior.
- Itens 14 e 15: Diretor do Departamento de Infraestrutura de Tecnologia, Fernando Monteiro Duarte, e Coordenador de Rede, Josuel Batista da Silva Moura.

5.5.2 Todas as partes devem disponibilizar as informações necessárias ao acompanhamento, cumprimento e validação das cláusulas deste Termo de Referência e do Edital;

5.5.3 A CONTRATADA deverá indicar formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato e atender e providenciar à todas as solicitações pertinentes ao presente contrato.

6 Critérios de Seleção do Fornecedor

6.1 Apresentação da proposta:

6.1.1 O fornecedor deverá indicar em sua proposta de maneira clara e objetiva - além das demais informações exigidas no edital - as seguintes informações referentes ao item / produto que compõe sua proposta:

- Descrição do Item / produto.
- Número do “SKU” que identifica o item / produto.

6.1.2 Caso alguma informação essencial ao julgamento da proposta não esteja cadastrada na proposta, ou não esteja indicada de maneira clara /



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

conflitante ao exigido neste Termo de Referência, a equipe técnica poderá solicitar ao pregoeiro o questionamento e detalhamento das informações necessárias pelo licitante.

6.1.3 Os produtos ofertados devem obedecer, via de regra, ao identificador único (SKU) apresentados como referência à contratação, a apresentação de produtos distintos aos de referência devem, obrigatoriamente, acompanhar documentação comprobatória que demonstre a total compatibilidade ou superioridade técnica aos produtos de referência, comprovando-se, inclusive a presença do item ofertado no **Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, no quinto termo aditivo ao acordo corporativo nº 8/2020, por intermédio da SGD/ME.**

6.1.3.1 Para a comprovação de compatibilidade / superioridade técnica ao produto de referência, o licitante deverá anexar junto à sua proposta os documento(s) e demais meio(s) probatórios, e no mínimo os seguintes documentos:

- Documento comprobatório do tipo ponto-a-ponto em que compara as características, tecnologias e demais funcionalidades do produto de referência (SKU) frente ao produto ofertado, podendo ser substituído por uma declaração emitida pela fabricante/desenvolvedora dos produtos que ateste pela total compatibilidade e/ou superioridade do produto ofertado.
- *Datasheet* do fabricante, Prospectos do fabricante e/ou Manual do produto ofertado, que contenham o descritivo técnico de todas as características do produto ofertado.

6.1.4 Caso não seja possível a identificação e validação das características técnicas exigidas aos itens distintos dos indicados como referência, a PROPOSTA poderá ser desclassificada.

6.1.5 A incapacidade de levantar informações de origem confiável ou oficial da fabricante do item poderá acarretar a desclassificação do item.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

6.2 Qualificação Econômico-Financeira:

6.2.1 O licitante deverá comprovar boa situação financeira, com a apresentação de balanço patrimonial nos termos do artigo 69 da lei 14.133/21.

6.3 Pertencer ao rol de “Government Partner” da lista “Large Solution Partners”

6.3.1 O Licitante deverá pertencer ao rol de “Government Partner” - GP da lista de “Large Solution Partners” – LSP credenciadas e autorizadas pela Microsoft para assinar contratos com a Administração Pública: (<https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/parceiros%20lsp>).

6.3.2 O Licitante que não estiver presente na lista do link <https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/parceiros%20lsp> e que entretanto estiver no rol de “Government Partner” / LSP poderá apresentar declaração da fabricante/desenvolvedora que ateste por esta condição.

7 Considerações Gerais

- 7.1 Informações aprofundadas de levantamentos, orçamentos, quantitativos, delimitações técnicas e justificativas estão documentadas no respectivo Processo de Estudo Técnico Preliminar vinculado à presente contratação.
- 7.2 Qualquer cálculo referente às quantidades e indicadores (de natureza indivisível) mencionados neste Termo de Referência que resulte em um número não inteiro será arredondado para o número inteiro subsequente.
- 7.3 Qualquer discrepância de informações, conflitos de exigências, ou de compreensão duvidosa, presentes neste Termo de Referência, deverão ser esclarecidos, de maneira oficial, pela equipe técnica da CONTRATANTE.
- 7.4 A CONTRATADA não poderá em momento algum adotar o entendimento subjetivo às exigências deste Termo de Referência nem alterar qualquer parte da execução, item ou condição sem comunicado oficial à CONTRATANTE.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

7.5 A CONTRATADA não poderá ausentar-se de registrar em canais oficiais da CONTRATANTE, independente de manifestação da CONTRATANTE, qualquer ocorrência ou informação relacionada à:

- I. Correta execução do CONTRATO/Objeto da contratação.
- II. Qualquer dúvida ou lacuna quanto às condições definidas na contratação.
- III. Qualquer dúvida ou lacuna relacionada à Gestão e fiscalização do contrato.
- IV. Qualquer tema que tenha impacto direto ou indireto nas condições, prazos e SLA's, firmados.
- V. Qualquer descumprimento das condições vinculadas ao contrato, Termo de Referência e seus Anexos, Edital, e/ou qualquer documento vinculado à contratação.

8 Anexos

- **ANEXO I - Especificações Técnicas e Garantia dos Itens**
- **ANEXO II - Modelos de Documentos.**
- **ANEXO III - Relação de Quantidades**



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

833
Esta é uma cópia do documento 159.782.649.0016/2023. O original pode ser acessado em <http://www.tjms.jus.br/docdigital>. Código de verificação: 4c57ec98b
Liberado nos autos por: ANDREA CARLA PINHEIRO LINS em 08/11/2023 18:12:38. Documento assinado digitalmente por ICLOVIS ANTONIO PRESOTTO JUNIOR, MARLON DALTRO TOSTA, ALTAIR JUNIOR, ANCELMO SOARES, JOSUEL BATISTA DA SILVA MOURA, FERNANDO MONTEIRO DUARTE, LAURA LOPES WITWYTZKY NARDAO, DIEGO RAMOS DE BAIRROS, LIRIANE APARECIDA DA SILVA NOGUEIRA

Aprovação e Assinatura

Campo Grande, 8 de novembro de 2023.

Equipe de Planejamento da Contratação:

- | | | |
|--------------------------------|---------------------------------|---|
| • Diego Ramos de Bairros | • Marlon Daltro Tosta | |
| • Altair Junior Ancelmo Soares | • Laura Lopes Witwytzky Nardao | |
| • Fernando Monteiro Duarte | • Josuel Batista da Silva Moura | |
| | • Talles Takeshi Takagi | • Henrique de Carvalho
Correa Chaves |
| | • Aldo de Queiroz Júnior | |
| | • João Paulo Gomes de Andrade | |
| | • Daren Dobrinsky Soares | |

Integrante(s) Demandante(s)	Integrante(s) Técnico(s)	Integrante(s) Administrativo(s)
--------------------------------	--------------------------	------------------------------------

De Acordo:

Liriane Aparecida da Silva Nogueira
Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação



ANEXO I Especificações Técnicas e Garantia dos Itens

1. Os itens a serem fornecidos devem obedecer às respectivas características e exigências técnicas requisitadas neste anexo, com parâmetros no mínimo iguais ou superiores aos requisitados.
2. A garantia técnica exigida a cada item está descrita dentro da tabela de especificação de cada item (no ultimo inciso).
3. Todos os itens a serem fornecidos devem obedecer a todos demais critérios citados no Termo de Referência.
4. As exigências e Especificações / parâmetros técnicos / qualidade **mínimos** exigidos aos itens estão descritos abaixo:

4.1. Soluções de gerenciamento de projetos e análise de dados

- Em atenção a Resolução Nº 370 de 28/01/2021 que Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), no seu artigo 35 onde: “Recomenda-se utilizar serviços em nuvem que simplificam a estrutura física, viabilizam a integração, requisitos aceitáveis de segurança da informação, proteção de dados, disponibilidade e padronização do uso dessa tecnologia no Poder Judiciário.” A solução deve ser do tipo SAAS (Software as a service).
- Ela deve ter interface rápida e intuitiva via WEB, em compatibilidade com navegadores modernos (Chrome, Edge e Firefox).
- Possibilitar a gerência de projetos em diferentes unidades administrativas e judiciárias, com a criação de uma visão de portfólio de projetos integradas, com o gerenciamento de papéis e usuários.
- Possibilitar a utilização de abordagem preditiva, com gráficos GANTT e Ágil, com quadros KANBAN.
- Compartilhamento do projeto com equipe executora, utilizando um sistema de gerenciamento de credenciais.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

- O sistema de gerenciamento de credenciais deve ser integrado com o sistema de diretório já utilizado pelo TJMS (Microsoft AD/365)
- Oferecer um desempenho rápido e eficiente ao trabalhar com grandes volumes de dados e ao executar consultas complexas. Empregar tecnologias de processamento de dados em memória e otimização de consultas para fornecer respostas rápidas às interações do usuário.
- Ser escalável e poder lidar com um grande número de usuários e cargas de trabalho simultaneamente, atualmente o PJMS conta com mais de 5400 servidores e colaboradores aptos.
- Projetado em uma infraestrutura confiável e altamente disponível. Garantir que o serviço esteja disponível para os usuários na maior parte do tempo, com tempos de inatividade mínimos planejados para manutenção.
- Oferecer recursos avançados de segurança para proteger seus dados e relatórios. Suportar a autenticação de vários fatores, criptografia de dados em trânsito e em repouso, acesso baseado em funções e conformidade com padrões de segurança e privacidade.
- Atender a requisitos regulatórios e de conformidade para garantir que o PJMS possa usar a ferramenta em conformidade com suas políticas internas e regulamentações externas. Isso inclui conformidade com a Lei Geral de Proteção a Dados, regulamentos setoriais e requisitos de segurança.
- Integrar a uma ampla gama de fontes de dados, serviços e aplicativos. Suportar conexões com bancos de dados relacionais, especialmente SQL Server, serviços de nuvem e aplicativos de negócios populares. Oferecer APIs e conectores personalizados para integração personalizada.
- Possuir interface intuitiva e amigável que permite aos usuários criar, compartilhar e explorar facilmente relatórios e painéis interativos.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

- Fornecer recursos de arrastar e soltar, recursos de autoatendimento e recursos de colaboração, como compartilhamento de relatórios e colaboração em tempo real.
- O sistema de gerenciamento de credenciais deve ser integrado com o sistema de diretório já utilizado pelo TJMS (Microsoft AD/365)
- A solução é composta pela subscrição dos seguintes produtos na plataforma do office 365:

Project plano 1 e plano 3: A solução Microsoft Project para a WEB atende todos os requisitos, e oferece recursos como:

- a) Admite integração com os aplicativos da suíte “Office 365” e “Power Platform” já em utilização por este órgão (01.086/2020 - Licença de uso de Solução Integrada de Correio Eletrônico e Colaboração Corporativa baseada em Computação em Nuvem incluindo serviço de suporte técnico com armazenamento total de 1060 GB por usuário; denominada Licença Básica, etc.), sendo possível a criação de relatórios e automações.
- b) Em sendo integrada com o contrato acima citado, já possui a base de credenciais dos usuários deste órgão, simplificando a gestão e operação da mesma.
- c) Para a contratação pretendida, serão necessárias licenças do Plano 1, destinadas aos gerentes e a membros integrantes de projetos, e licenças do Plano 3, que inclui os recursos do Project Online e o Cliente de Área de Trabalho do Project Online. Além disso, apenas o plano 3 possibilita a criação de relatórios/painéis com os dados dos projetos, por meio do Power Bi (exige licença do Power Bi), e personalizações com o Power Apps.

Power BI PRO: A assinatura do Power BI Pro faz parte da plataforma do Office 365 e inclui:



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

- a) Capacidade de compartilhar relatórios interativos e dashboards com colegas e outras pessoas dentro e fora da sua organização, permitindo que as informações sejam compartilhadas de forma colaborativa e em tempo real.
- b) Colaboração eficiente e permitindo que as equipes tomem decisões baseadas em dados em tempo real.
- c) Suporte para acesso aos relatórios e dashboards em dispositivos móveis, como smartphones e tablets.
- d) Recursos avançados de criação de relatórios e dashboards mais sofisticados, incluindo recursos como gateways de dados, agendamento de atualizações, colaboração com aplicativos e serviços de dados externos e compartilhamento.
- e) Como parte da plataforma do Office 365, o Power BI Pro se integra perfeitamente com outros aplicativos e serviços da plataforma.

4.2. Suítes de produtividade e colaboração

- Integrar perfeitamente com outras ferramentas e serviços atualmente implantados, como o SharePoint e o Microsoft Teams. Essa integração oferece uma experiência mais unificada e uma maior capacidade de colaboração em toda a organização.
- Possuir recursos avançados de administração e gerenciamento, permitindo que os administradores gerenciem facilmente as configurações e os usuários em toda a organização, incluindo um painel de administração centralizado, implantação simplificada de aplicativos e recursos de automação.
- O sistema de gerenciamento de credenciais deve ser integrado com o sistema de diretório já utilizado pelo TJMS (Microsoft AD/365).



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

A solução é composta pelos produtos Office 365 E1 e Office 365 E3, que oferece uma suíte abrangente de aplicativos e serviços projetados para melhorar a produtividade e colaboração. Os recursos disponíveis incluem:

Para o Office 365 E1:

- a) Obter insights detalhados sobre o uso e atividades dos usuários nos aplicativos e serviços da plataforma.
- b) Medir e acompanhar o nível de adoção e engajamento dos funcionários com os recursos do Office 365.
- c) Configurar notificações para atividades suspeitas ou comportamentos incomuns na plataforma.
- d) Realizar reuniões virtuais com áudio em tempo real.
- e) Registrar atividades e alterações nos dados do Office 365 com a auditoria padrão (Audit) para garantir conformidade e segurança das informações.
- f) Utilizar os recursos básicos de mobilidade e segurança com o Basic Mobility & Security.
- g) Configurar e gerenciar agendas de atendimento online para clientes e parceiros com o Bookings.
- h) Receber um resumo diário de eventos e tarefas importantes por meio do Briefing Email.
- i) Gerenciar e acompanhar o cumprimento das políticas e regulamentos de conformidade com o Compliance Manager.
- j) Pesquisar e localizar informações específicas em vários aplicativos do Office 365 usando a Content Search.
- k) Receber recomendações personalizadas de conteúdo relevante com base nas atividades e interações do usuário por meio do Delve.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

- l) Exchange Online para ter acesso a serviços de email corporativo, calendários compartilhados e contatos em um plano de 50 GB.
- m) Arquivar e reter até 50 GB de emails com o Exchange Online Archiving.
- n) Obter proteção avançada contra ameaças de segurança em emails com o Exchange Online Protection.
- o) Participar e transmitir eventos ao vivo, como webinars e conferências virtuais, por meio do recurso Live Events.
- p) Acessar diversos recursos do Microsoft 365 em dispositivos móveis por meio do Microsoft 365 Mobile App.
- q) Criar aplicativos personalizados dentro do Microsoft Teams usando o Microsoft Dataverse for Teams.
- r) Criar pesquisas, enquetes e formulários de maneira rápida e intuitiva com o Microsoft Forms.
- s) Organizar e rastrear informações importantes em listas e tabelas com o Microsoft Lists.
- t) Acessar informações rapidamente por meio da busca unificada proporcionada pelo Microsoft Search.
- u) Colaborar e se comunicar em equipe com bate-papo, reuniões e compartilhamento de arquivos no Microsoft Teams.
- v) Gerenciar tarefas pessoais e em equipe com o Microsoft To Do.
- w) Fazer brainstorming em tempo real usando o Microsoft Whiteboard.
- x) Editar e visualizar documentos diretamente no navegador com o Office for the Web, incluindo o Visio.
- y) Armazenar até 1 TB arquivos na nuvem com o OneDrive for Business.
- z) Gerenciar projetos e tarefas em equipe com o Planner.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

- aa) Criar chatbots inteligentes e interativos dentro do Microsoft Teams usando o Power Virtual Agents for Teams.
- bb) Aproveitar as vantagens da licença de acesso do cliente para recursos de produtividade do servidor com o Productivity Server CAL.
- cc) Visualizar projetos e mapas de roteiro para acompanhar o progresso com o Project & Roadmap View Access.
- dd) Medir e melhorar a postura de segurança da organização com o Secure Score.
- ee) Colaborar e compartilhar documentos e informações com o Plano 1 SharePoint Online.
- ff) Compartilhar conteúdo com a equipe por meio do serviço de streaming de vídeo Stream for Office 365.
- gg) Criar apresentações interativas com o Sway.

Para o Office 365 E3, além dos recursos disponíveis no Office 365 E1, adiciona:

- a) Implementar Data Loss Prevention para evitar a perda acidental ou não autorizada de dados confidenciais.
- b) Utilizar eDiscovery (standard) para realizar buscas e descobrir informações relevantes nos dados do Office 365 para fins legais ou regulatórios.
- c) Gerenciar e-mails, calendários e contatos com o Exchange Online.
- d) Arquivar e reter e-mails importantes de forma organizada com o Exchange Online Archiving.
- e) Criar formulários personalizados e coletar dados com o InfoPath App.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

- f) Proteger informações importantes e confidenciais com a Information Protection for M365.
- g) Criar e-mails criptografados para proteger o conteúdo com o Message Encryption (basic).
- h) Aproveitar o Microsoft 365 Apps para ter acesso aos aplicativos do Office em seus dispositivos.
- i) Armazenar, sincronizar e compartilhar arquivos com o OneDrive for Business.
- j) Definir e aplicar Retention Labels para gerenciar o período de retenção de documentos e e-mails.
- k) Implementar Retention Policies para definir a política de retenção e descarte de informações em toda a organização.
- l) Colaborar, compartilhar e gerenciar conteúdo com o SharePoint Online.
- m) Realizar webinars para fins de comunicação e treinamento interno ou externo.

4.3. Plataformas de desenvolvimento de aplicativos

- Integrar-se ao ecossistema de produtos e serviços da Microsoft, como o Office 365.
- Suporte a uma ampla variedade de fontes de dados, incluindo bancos de dados SQL Server, webserver, SharePoint e Common Data Service (CDS).
- Permitir implantação de apps em dispositivos móveis (iOS e Android), navegadores da web e sistemas operacionais Windows.
- Permitir criar interfaces personalizadas e atraentes para os aplicativos e fornecer recursos de personalização avançados, como a capacidade de usar



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

fórmulas, aplicar estilos e temas, e criar layouts adaptáveis para diferentes dispositivos.

A solução é composta pelos aplicativos:

Power Apps, que inclui:

- a) Criar aplicativos a partir de tela em branco, dados subjacentes ou modelos variados.
- b) Iniciar com dados do SharePoint ou Tabela do Dataverse para criar aplicativos móveis personalizados.
- c) Projetar e conectar o aplicativo a diversas fontes de dados.
- d) Utilizar funcionalidade arrastar e soltar para adicionar elementos como rótulos, botões, textos, entradas e mídia.
- e) Personalizar a aparência do aplicativo, incluindo rótulos de botões e textos.
- f) Explorar complementos sem código, como modelos do AI Builder para leitura de cartões de visita e detecção de objetos.
- g) Utilizar funcionalidades inovadoras, como realidade mista, para aprimorar a experiência do aplicativo.
- h) Criar aplicativos baseados em modelos pré-configurados.
- i) Modelar dados para projetar a aparência do aplicativo.
- j) Criar um site para compartilhar dados com usuários internos e externos.
- k) Utilizar páginas de exemplo para iniciar projetos rapidamente.
- l) Encontrar e filtrar aplicativos e componentes facilmente no portal.
- m) Gerenciar fontes de dados, conectores e gateways.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

- n) Baixar e implementar o gateway local para conectar-se a fontes de dados hospedadas na rede corporativa.
- o) Integrar recursos de outros produtos do Microsoft Power Platform, como o Power Automate (Flows).
- p) Permitir que usuários e administradores gerenciem o ciclo de vida do aplicativo com facilidade.
- q) Criar soluções importando aplicativos e experiências de todo o portal, gerenciá-las, implantá-las em diferentes ambientes e exportá-las/importá-las.
- r) Facilitar a criação de aplicativos de negócios personalizados de nível profissional por qualquer pessoa.

E Power Automate, que inclui as funcionalidades:

- a) Automatizar tarefas e processos de negócios.
- b) Melhorar fluxos de trabalho com pouca codificação e facilidade de uso.
- c) Utilizar fluxos como blocos de construção para simplificar os processos organizacionais.
- d) Criar fluxos da nuvem para automatizar fluxos de trabalho entre serviços baseados em nuvem.
- e) Criar fluxos da área de trabalho para automatizar fluxos entre serviços baseados em nuvem e sistemas herdados.
- f) Utilizar o designer visual intuitivo do tipo arrastar e soltar para criar fluxos da área de trabalho.
- g) Executar fluxos da área de trabalho manualmente, conforme uma agenda ou de dentro de um fluxo de nuvem.
- h) Utilizar o AI Builder para adicionar inteligência aos fluxos sem habilidades de ciência de dados.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

- i) Criar, treinar e publicar modelos de IA sem escrever código.
- j) Automatizar o processamento de documentos para tarefas repetitivas e sujeitas a erros.
- k) Utilizar o Process Advisor para identificar gargalos e otimizar processos de negócios.
- l) Acessar o Power Automate online como um hub centralizado para todas as funcionalidades.
- m) Usar o Power Automate para desktop para criar e editar fluxos da área de trabalho.
- n) Aproveitar o aplicativo Power Automate no Microsoft Teams para automação no hub de trabalho em equipe.
- o) Utilizar o aplicativo móvel Power Automate para automatizar fluxos em qualquer lugar.
- p) Garantir segurança e compatibilidade com a governança interna e políticas de prevenção de perda de dados.

4.4. Sistemas de gerenciamento de conteúdo

- Permitir a personalização de sites, listas, bibliotecas de documentos e fluxos de trabalho de acordo com necessidades específicas.
- Permitir a gerência da configuração, do desempenho, da segurança e as atualizações do ambiente de acordo com as políticas e requisitos do PJMS.
- Manter os dados e recursos em infraestrutura local própria do PJMS.

A solução é composta pelo Sharepoint Server 2019 e suas respectivas CALs de usuário, que dão direitos aos seguintes recursos:

- a) Acesso instantâneo a pessoas, aplicativos e conteúdo.
- b) Facilidade na busca de informações.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

- c) Plataforma moderna para acesso, interação e colaboração compartilhadas.
- d) Trabalho em equipe em qualquer lugar e momento.
- e) Ferramentas de colaboração e gerenciamento de conteúdo integradas com outros aplicativos, como OneDrive for Business e Microsoft Graph.
- f) Criação e compartilhamento de ideias.
- g) Tomada de decisões facilitada.
- h) Criação de soluções robustas.
- i) Geração de valor comercial.
- j) Suporte aprimorado do Power Automate e Power Apps.

4.5. Sistemas operacionais para servidores de rede

A solução é composta pelos seguintes itens:

Windows Server Datacenter 2019 e suas respectivas CALs de acesso de usuário, e dá direito aos seguintes recursos:

- a) Licenciar o conjunto de servidores virtuais que utilizam o sistema operacional Windows Server Standard.
- b) Atualizar o sistema operacional dos servidores de rede Windows Server.
- c) Integrar-se perfeitamente com o ecossistema de produtos e serviços da Microsoft atualmente implantado no PJMS, com suporte nativo para tecnologias e ferramentas Microsoft, como o Active Directory, o PowerShell, o System Center e o Windows Admin Center, unificando e facilitando a integração de soluções corporativas.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

- d) Oferecer infraestrutura de software para recursos específicos, como o SQL Server para bancos de dados e o SharePoint Server para colaboração e gerenciamento de conteúdo.
- e) Recursos robustos de gerenciamento e administração centralizada. Suporte ao Active Directory para permitir gerenciamento de políticas de segurança, autenticação e autorização em toda a rede.
- f) Prover infraestrutura de serviços de rede com o DHCP e DNS.

E Windows Server Standard 2022, que oferece recursos semelhantes à versão Datacenter, **exceto por**:

- a) Não licenciar o conjunto de servidores virtuais que utilizam o sistema operacional Windows Server Standard.
- b) Limitar a virtualização de apenas 2 máquinas virtuais.
- c) Não dar suporte a Software-Defined Networks (SDN), abordagem de arquitetura de rede que separa o controle do tráfego da rede da camada de dados, permitindo um gerenciamento mais flexível e eficiente.
- d) Não dar suporte a Direct Storage, tecnologia que permite o acesso direto e mais rápido aos dispositivos de armazenamento, melhorando o desempenho de aplicativos e serviços.
- e) Não dar suporte ao Host Guardian Hyper-V, recurso de segurança no Windows Server que protege máquinas virtuais sensíveis, garantindo que elas só sejam executadas em hosts confiáveis.

4.6. Sistemas de gerenciamento de banco de dados

- Integrar-se perfeitamente com o ecossistema de produtos e serviços da Microsoft. Integração estreita com os produtos atualmente em produção, como o Windows Server e o Active Directory.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

- Opções para garantir a alta disponibilidade de bancos de dados e recuperação de desastres. Isso inclui recursos como espelhamento de bancos de dados, grupos de disponibilidade, replicações, clusters de failover e backups e restaurações avançadas.
- Recursos avançados de otimização de consultas, índices, particionamento de tabelas, armazenamento em memória e processamento paralelo. Capacidade de lidar com grandes volumes de dados e cargas de trabalho intensivas, adequado para aplicações de alto desempenho.
- criptografia de dados, autenticação forte, controle de acesso granular, auditoria de dados, máscaras de dados sensíveis e prevenção contra perda de dados (DLP).
- Armazenar e gerenciar bancos de dados.
- Gerenciar e otimizar o desempenho de consultas.
- Fornecer suporte a bancos de dados de grande porte e de alto volume de dados.
- Implementar recursos avançados de segurança e criptografia.
- Configurar alta disponibilidade e replicação de dados.
- Realizar backup e recuperação de bancos de dados.
- Criar e gerenciar índices para melhorar o desempenho das consultas.
- Monitorar a atividade e o desempenho do banco de dados.
- Implementar particionamento de tabelas para melhor gerenciamento de dados.
- Configurar e gerenciar recursos de escalabilidade vertical e horizontal.
- Integrar-se com outras tecnologias e ferramentas do Microsoft SQL Server.
- Gerenciar e otimizar o uso de memória e recursos do servidor.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

- Implementar recursos avançados de processamento analítico em tempo real (OLAP).
- Configurar e gerenciar políticas de segurança e acesso.
- Utilizar recursos avançados de recuperação de desastres.
- Implementar e gerenciar data warehousing.
- Fornecer suporte a Business Intelligence (BI) e geração de relatórios.
- Utilizar recursos de análise de dados e mineração.
- Configurar serviços de replicação de dados.
- Implementar recursos de Always On para alta disponibilidade.
- Gerenciar e monitorar instâncias e bancos de dados em nuvem.
- Utilizar recursos de integração de dados para ETL (Extração, Transformação e Carga).
- Implementar e gerenciar segurança em nível de linha de dados.
- Configurar e gerenciar a compressão de dados para economizar espaço de armazenamento.
- Fornecer suporte a recursos geoespaciais para dados espaciais.
- Utilizar recursos avançados de inteligência artificial e aprendizado de máquina.
- Implementar políticas de auditoria e rastreamento de acesso ao banco de dados.



ANEXO II Modelos de Documentos

Modelo I - Atendimento às Especificações Técnicas

Modelo meramente sugestivo, a comprovação de atendimento das especificações técnicas pode ser apresentada por modelo específico do licitante, desde que contenha o detalhamento da condição a ser atendida e do documento técnico que contém o descritivo técnico – com sua respectiva página.

Fornecedor: _____ CNPJ: _____

Marca do Item: _____ Modelo do Item: _____

Indicador da Exigência Técnica	Documento	Página do respectivo documento

...



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

Modelo II – Termo de Recebimento Provisório



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

Processo Licitatório N°: nnn.nnn.nnnn/ano

Termo de Recebimento Provisório – Item/Lote N°_Lote

Pregão Eletrônico N° nnnn/ano, Processo Financeiro N° nnn.nnnn/ano, N° ARP | N°_Contrato, Empenho N°_Empenh.

A equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação do PJMS declara para os devidos fins que os itens especificados no quadro abaixo foram entregues no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Certificamos ainda, que os equipamentos serão mantidos em estoque e utilizados apenas para análise/testes por amostra para emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme disposições contidas no Edital e em seus Anexos.

Item(ns) / Lote(s) Entregue(s) ao Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul				
Item/ Lote	Modelo e descritivo do objeto entregue	Quantidade	Data da Entrega	Número da(s) Nota(s) Fiscal(is)
N°_Lote	Item: Descrição Resumida do Item Marca / Modelo / Versão			
	Descrição do Item: Descrição detalhada do item	Quantidade total do lote entregue	Data da entrega	Número das notas fiscais envolvidas.
	Acompanha: Acessórios e periféricos que acompanham o item			

Fornecedor: Licitante / Fornecedor do Item., **CNPJ:** N°_CNPJ Licitante / Fornecedor..

Forma da Entrega: Forma de Entrega do Lote.

Observações: Observações da entrega.

Recebimento Provisório Campo Grande - MS, 7 de agosto de 2018	Proc. Licitatório N°: nnn.nnn.nnnn/ano Proc. Financeiro N°: nnn.nnnn/ano N° ARP N°_Contrato	Página: 1 de 2
---	---	--------------------------

Esta é uma cópia do documento 159.782.649.0016/2023. O original pode ser acessado em <http://www.tjms.jus.br/docdigital>. Código de verificação: 4c57ec98b
Liberado nos autos por: ANDREA CARLA PINHEIRO LINS em 08/11/2023 18:12:38. Documento assinado digitalmente por ICLOVIS ANTONIO PRESOTTO JUNIOR, MARLON DALTRO TOSTA, ALTAIR JUNIOR ANCELMO SOARES, JOSUEL BATISTA DA SILVA MOURA, FERNANDO MONTEIRO DUARTE, LAURA LOPES WITWYTKY NARDAO, DIEGO RAMOS DE BAIRROS, LIRIANE APARECIDA DA SILVA NOGUEIRA



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

Números de Séries dos itens recebidos:

N/A

Equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação

_____(assinatura digital)_____
Integrante Técnico
Integrante Técnico

_____(assinatura digital)_____
Fiscal do Contrato
Fiscal do Contrato

Equipe Responsável por Armazenar
o Lote
Responsável pela conferência e
armazenamento

Departamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação

A presente equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul foi responsável por analisar e averiguar, mediante sua capacidade, conhecimento técnico e ferramentas de análise disponíveis, a conformidade técnica exigida ao(s) presente(s) item(ns) para os devidos procedimentos descritos neste documento.

Representante da Contratada

Representante do Licitante / Fornecedor que Acompanhou a Entrega.

CPF: N°_CPF Representante., **RG:** N°_RG Representante.

Recebimento Provisório Campo Grande - MS, 7 de agosto de 2018	Proc. Licitatório N°: nnn.nnn.nnnn/ano Proc. Financeiro N°: nnn.nnnn/ano N° ARP N°_Contrato	Página: 2 de 2
---	---	---------------------------------



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

Modelo III – Termo de Recebimento Definitivo



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

Processo Licitatório Nº: nnn.nnn.nnnn/ano

Termo de Recebimento Definitivo – Item/Lote Nº_Lote

Pregão Eletrônico Nº nnnn/ano, Processo Financeiro Nº nnn.nnnn/ano, Nº ARP | Nº_Contrato, Empenho Nº_Empenh.

A equipe técnica do PJMS declara para os devidos fins que analisou e aprovou o lote entregue, que se encontra de acordo com as condições exigidas no Termo de Referência, o que motiva seu Recebimento Definitivo.

O presente Termo não exclui as demais obrigações contratuais e exigências do Edital e seus Anexos. A partir da emissão deste e da consonância das demais exigências e condições expressas ao presente processo, o item encontra-se apto a ser aceito pelo PJMS e desta maneira, iniciam-se os prazos contratuais de pagamento e de suporte / garantia atrelados ao presente item.

Licitante / Fornecedor: Licitante / Fornecedor do Item.

CNPJ: Nº_CNPJ Licitante / Fornecedor.

Item(ns) / Lote(s) Entregue(S) E Analisado(s)				
Item/ Lote	Modelo e descritivo	Quantidade (unidades)	Data da Entrega	Número da(s) Nota(s) Fiscal(is)
Nº_Lote	Item: Descrição Resumida do Item Marca / Modelo / Versão Descrição do Item: Descrição detalhada do item Acompanha: Acessórios e periféricos que acompanham o item	Quantidade total do lote entregue	Data da entrega	Número das notas fiscais envolvidas

Forma da Entrega: Forma de Entrega do Lote.

Recebimento Definitivo Data: 7 de agosto de 2018	Lote: Nº_Lote, Pregão nnnn/ano Proc. Financeiro: nnn.nnnn/ano Nº ARP Nº_Contrato	Página: 1 de 2
--	--	--------------------------



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

Número de Série dos Itens Entregues:

Observações e Resultados da Análise dos Itens Entregues:

Equipe Técnica da Secretaria de Tecnologia da Informação

(Assinatura Digital no Documento)

(Assinatura Digital no Documento)

(Assinatura Digital no Documento)

Integrante Técnico

Fiscal do Contrato

Gestor do Contrato

Integrante Técnico

Fiscal do Contrato

Gestor da Contratação

Departamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação

A presente equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul foi responsável por analisar e averiguar, mediante sua capacidade, conhecimento técnico e ferramentas de análise disponíveis, a conformidade técnica exigida ao(s) presente(s) item(ns) para os devidos procedimentos descritos neste documento.

Representante da Contratada

Representante do Licitante / Fornecedor que Acompanhou a Entrega.

CPF: N°_CPF Representante., RG: N°_RG Representante.

Recebimento Definitivo

Data: 7 de agosto de 2018

Lote: N°_Lote, Pregão nnnn/ano
Proc. Financeiro: nnn.nnnn/ano
N° ARP | N°_Contrato

Página:

2 de 2



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

ANEXO III Relação de Quantidades Estimadas

Item	Solução	Área	Grau de Necessidade	Quantidade
1	Project P1 Sub Per User	Ass. Planejamento	Alto	Quantidade estimada a ser contratada: 57
2	Project P3 Sub Per User	Ass. Planejamento	Alto	Quantidade estimada a ser contratada: 7
3	Power BI Pro Sub Per User	Ass. Planejamento	Alto	Quantidade estimada a ser contratada: 2
4	O365 E1 Sub Per User	STI-DIT	Crítico	Quantidade estimada a ser contratada: 5013
				Acréscimo Eventual: 787
5	O365 E3 Sub Per User	STI-DIT	Crítico	Quantidade estimada a ser contratada: 650
11	O365 E3 SU O365 E1 Per User	STI-DIT	Alto	Quantidade estimada: 0
				Acréscimo Eventual: 2697
7	Power Apps Per App Sub 1 App or Portal	STI-DSA	Baixo	Quantidade estimada: 0
				Acréscimo Eventual: 10
8	PowerAppsPlan ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	STI-DSA	Baixo	Quantidade estimada: 0
				Acréscimo Eventual: 10
9	Power Automate Sub Per User	STI-DSA	Baixo	Quantidade estimada: 0
				Acréscimo Eventual: 10
10	Power Automate Flow Sub Min 5 Licenses	STI-DSA	Baixo	Quantidade estimada: 0
				Acréscimo Eventual: 10
12	SharePoint Server 2019 ALng LSA	STI-DSA	Alto	Quantidade estimada a ser contratada: 2
13	SharePoint Enterprise CAL ALng LSA User CAL	STI-DSA	Alto	Quantidade estimada a ser contratada: 200
14	Win Server Standard Core ALng LSA 2L	STI-DSA	Alto	Quantidade estimada a ser contratada: 12
				Acréscimo Eventual: 76
15	Win Server DC Core ALng LSA 2L	STI-DIT	Crítico	Quantidade estimada a ser contratada: 286
				Acréscimo Eventual: 130
6	CCAL Bridge O365 Sub Per User	STI-DIT	Crítico	Quantidade estimada a ser contratada: 5800
16	SQL Server Enterprise Core ALng LSA 2L	STI-DSA	Crítico	Quantidade estimada a ser contratada: 12
				Acréscimo Eventual: 132
• Quantidade Estimada a Ser Contratada: Demandas estimadas na contratação, imediatas e/ou ao longo da vigência da ARP.				
• Acréscimo Eventual: demandas previstas para acréscimo ao longo da vigência da ARP, depende de materialização de necessidades mapeadas e que eventualmente podem ocorrer.				

Os quantitativos apresentados na tabela acima foram levantados pelos integrantes demandantes e integrantes técnicos de cada um dos respectivos itens previstos para a contratação e estão mapeados e detalhadamente apresentados na Análise de Viabilidade do Estudo Técnico Preliminar da presente contratação.